



Bruxelas, 30.1.2019
COM(2019) 22 final

Documento de Reflexão
Para uma Europa sustentável até 2030

Para uma Europa sustentável até 2030

Índice

Prefácio de Frans Timmermans, Primeiro Vice-Presidente, e de Jyrki Katainen, Vice-Presidente	2
1 Desenvolvimento sustentável em prol de um melhor nível de vida: as vantagens competitivas da Europa	3
2 A UE e os desafios mundiais a enfrentar	9
3 Rumo a uma Europa sustentável até 2030	15
3.1 Bases políticas para um futuro sustentável	17
3.1.1 Da economia linear à economia circular	18
3.1.2 Sustentabilidade do prado ao prato	20
3.1.3 Energia, edifícios e mobilidade orientados para o futuro	22
3.1.4 Assegurar uma transição socialmente justa	25
3.2 Elementos viabilizadores transversais da transição para a sustentabilidade	29
3.2.1 Educação, ciência, tecnologia, investigação, inovação e digitalização	29
3.2.2 Financiamento, fixação de preços, fiscalidade e concorrência	31
3.2.3 Comportamentos empresariais responsáveis, responsabilidade social das empresas e novos modelos de negócio	35
3.2.4 Comércio aberto e assente em normas	37
3.2.5 Governação e coerência estratégica a todos os níveis	38
4 A UE enquanto pioneira do desenvolvimento sustentável a nível mundial	40
5 Cenários para o futuro	43

Prefácio de Frans Timmermans, Primeiro Vice-Presidente, e de Jyrki Katainen, Vice-Presidente

Nós, europeus, podemos orgulhar-nos do nosso historial. Graças à integração e a uma cooperação estreita, atingimos um nível de prosperidade sem precedentes, usufruímos de padrões sociais elevados e conseguimos oferecer oportunidades consideráveis aos nossos cidadãos. Consagramos os nossos princípios e valores comuns — a democracia, os direitos humanos e o Estado de direito — nos nossos Tratados e construímos uma União Europeia unida e livre.

Este êxito foi possível porque os europeus se revelaram exigentes. As nossas culturas profundamente democráticas incentivam debates acesos — e com razão. Não é hora de cruzar os braços e deixar que a História siga o seu curso. Há que continuar a melhorar as condições de vida de todos os europeus, proteger, defender e capacitar os cidadãos e reforçar a sua segurança face às diversas ameaças, sejam elas ligadas ao terrorismo ou às alterações climáticas.

O mundo está a evoluir e nós estamos a atravessar a quarta revolução industrial. Tudo e todos serão afetados pela mudança: negá-lo seria carecer de senso comum. Resta saber se seremos meras vítimas ou se iremos aceitar e acompanhar esta mudança. Os europeus enfrentam desafios prementes como a degradação do ambiente, as alterações climáticas, a transição demográfica, as migrações, as desigualdades e a pressão sobre as finanças públicas. Os cidadãos estão preocupados com o seu futuro e com o dos seus filhos. Estamos a acumular uma dívida ecológica cujas consequências serão universais. Se não agirmos, as futuras gerações pagarão um tributo elevado para a reembolsar.

A União Europeia deve servir os europeus e não o contrário. Compete-lhe ajudar as pessoas a concretizar as suas ambições e dar resposta às suas preocupações de forma célere e eficaz. Para tal, é preciso fazer um balanço da situação e enfrentar a realidade sem tentar negar os factos. Mas em vez de nos suscitar preocupação ou medo, estes factos devem incitar-nos a agir.

Muitas destas problemáticas prendem-se com desafios que transcendem as fronteiras e ameaçam os nossos empregos, a nossa prosperidade, as nossas condições de vida, a nossa liberdade e a nossa saúde. Nenhum Estado ou nação pode enfrentá-los sozinho. Precisamos de agir à escala da União Europeia, que — quando unida e determinada — representa uma potência mundial imponente. Contudo, em última análise, a escala europeia não será suficiente; precisamos de uma agenda com impacto mundial, idealmente encarnada pelos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) subscritos por 193 Estados, incluindo a União Europeia e os seus Estados-Membros. Estes ODS constituem uma via para superar os desafios com que nos deparamos e melhorar o nosso meio ambiente, a nossa economia e as nossas vidas.

O desenvolvimento sustentável é um tema complexo, mas exprime um conceito simples: trata-se de assegurar que o nosso modelo de crescimento económico traz benefícios para toda a humanidade e que os humanos não consomem mais do que os recursos disponíveis no nosso planeta. Tal implica modernizar a nossa economia com base em padrões de consumo e produção sustentáveis, corrigir os desequilíbrios no nosso sistema alimentar e encontrar uma forma sustentável de nos deslocarmos, produzirmos e utilizarmos energia e

construirmos os nossos edifícios. Para isso, também precisamos de orientar a investigação científica, o financiamento, a política fiscal e a governação para a concretização dos ODS.

Não se trata de uma questão de esquerda ou de direita, mas sim do que é correto ou errado. Felizmente, as importantes vantagens competitivas da União Europeia constituem um bom ponto de partida. A Europa concebeu algumas das normas ambientais mais elevadas a nível mundial, pôs em prática políticas climáticas ambiciosas e impulsionou o Acordo de Paris sobre as alterações climáticas. Através das suas políticas externas e da sua agenda comercial aberta e baseada em regras, a União Europeia tem igualmente partilhado soluções de sustentabilidade com países terceiros.

A União Europeia foi fundada com base na premissa de que «a paz mundial não poderá ser salvaguardada sem esforços criativos que estejam à altura dos perigos que a ameaçam», como o afirmou Robert Schuman, de forma tão eloquente, há quase 70 anos. Hoje, além de «paz mundial», podemos acrescentar «o bem-estar e a sobrevivência dos nossos cidadãos».

A agenda da sustentabilidade é uma agenda positiva: trata-se de melhorar a vida das pessoas. A Europa tem todas as cartas na mão para superar o maior dos desafios. Juntos, podemos conseguir. Precisamos do empenho de todos e de vontade política para agir. Ao passo que outros batem em retirada, a Europa deve ir em frente, reforçar a sua competitividade, investir no crescimento sustentável e dar o exemplo ao resto do mundo.

Não basta ter uma visão; também é preciso chegar a acordo sobre a forma de a concretizar. O presente documento de reflexão é o nosso contributo para esse debate.

Não teríamos conseguido elaborá-lo sem a valiosa participação das partes interessadas a nível europeu. A sociedade civil, o setor privado e o mundo académico colaboram ativamente neste debate. A plataforma multilateral de alto nível para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, criada pela Comissão Europeia em 2017, tem-nos proporcionado uma excelente ocasião de reunir ideias transversais.

As questões abordadas neste documento visam servir de base para um diálogo entre cidadãos, partes interessadas, governos e instituições ao longo dos próximos meses, com vista a alimentar o debate sobre o futuro da Europa, a preparação da agenda estratégica da União Europeia para 2019-2024 e a lista de prioridades da próxima Comissão Europeia.

1 Desenvolvimento sustentável em prol de um melhor nível de vida: as vantagens competitivas da Europa

Em setembro de 2015, na Assembleia Geral das Nações Unidas, países de todo o mundo assinaram a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030 das Nações Unidas) e os seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), chegando a acordo sobre uma «lista de coisas a fazer para as pessoas e o planeta»¹. Os dirigentes mundiais comprometeram-se a pôr fim à pobreza, proteger o planeta e garantir paz e prosperidade para todos os povos. Os ODS e o Acordo de Paris sobre as alterações climáticas constituem um

¹ Secretário-geral da ONU, Ban Ki-Moon, na cimeira para a adoção da Agenda de Desenvolvimento pós-2015, em Nova Iorque, em 25 de setembro de 2015. Disponível em: <https://www.un.org/press/en/2015/sgsm17111.doc.htm>

roteiro para um mundo melhor, bem como um quadro global para a cooperação internacional em prol do desenvolvimento sustentável e das suas dimensões económica, social, ambiental e de governação. A UE foi um dos principais propulsores da Agenda 2030 das Nações Unidas e está plenamente empenhada em executá-la.

O desenvolvimento sustentável — um desenvolvimento que satisfaz as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades — está profundamente enraizado no projeto europeu. A integração europeia e as políticas da UE contribuíram para erradicar a pobreza e a fome no pós-guerra e criaram um espaço de liberdade e democracia onde os cidadãos europeus podem aceder a níveis inéditos de prosperidade e bem-estar.

A UE agiu sempre em prol de sociedades mais inclusivas, assentes na democracia e no Estado de direito, como refletido no artigo 2.º do Tratado da União Europeia². Os padrões sociais e sanitários da UE estão entre os mais exigentes do mundo e a Europa é o continente onde a esperança de vida é mais elevada. A nossa economia social de mercado tem gerado prosperidade e oferecido segurança graças a sistemas de proteção social robustos. Os investimentos significativos na investigação e na inovação têm permitido desenvolver novas tecnologias e modelos de produção que permitem uma utilização mais sustentável dos recursos e a implantação de soluções digitais. O equilíbrio dos orçamentos e a modernidade das economias desempenham um papel fundamental; os progressos realizados em direção a políticas orçamentais e reformas estruturais sólidas reduziram os níveis de endividamento e promoveram a criação de empregos. A taxa de emprego das pessoas com idade compreendida entre os 20 e os 64 anos aumentou para 73,5 % no terceiro trimestre de 2018, um nível jamais alcançado na UE. Estes elementos tiveram um impacto positivo sobre a produtividade e o crescimento na Europa. Embora a UE ainda registe disparidades económicas, sociais e territoriais entre os seus Estados-Membros e regiões,³ a sua política de coesão promoveu um crescimento generalizado e reduziu estas diferenças em todo o continente, favorecendo assim a convergência. Além disso, a UE estabeleceu normas sociais e ambientais das mais elevadas, adotou políticas ambiciosas em prol da saúde e assumiu a liderança na luta contra as alterações climáticas. Os Estados-Membros da UE têm realizado progressos notáveis em muitos domínios abrangidos pela Agenda 2030 das Nações Unidas: em virtude destes progressos, a UE é um dos melhores sítios do mundo para viver, senão o melhor.



² JO C 202 de 7.6.2016.

³ «A Minha Região, A Minha Europa, O Nosso Futuro: Sétimo relatório sobre a coesão económica, social e territorial», 2017. Disponível em: https://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docoffic/official/reports/cohesion7/7cr.pdf.

A União Europeia é um dos melhores sítios para viver

- ✓ Nove Estados-Membros da UE-27 figuram entre os 20 países mais felizes do mundo, sendo que a Finlândia ocupa o primeiro lugar da lista⁴.
- ✓ A satisfação geral com a vida na UE, com base no bem-estar subjetivo dos cidadãos europeus, é de 70 %⁵.
- ✓ Onze Estados-Membros da UE-27 estão entre os 20 países mais bem classificados segundo o Índice de Progresso da Juventude⁶ do Fórum Europeu da Juventude. O Índice de Progresso da Juventude é um dos primeiros instrumentos desenvolvidos com vista a apresentar uma panorâmica global da vida de um jovem contemporâneo, independentemente dos indicadores económicos.



61% dos europeus encaram a União Europeia como um lugar de estabilidade num mundo conturbado e o otimismo em relação ao futuro da UE está a aumentar.

Relatório do Eurobarómetro 2018

⁴ *World Happiness Report* 2018, de John F. Helliwell, Richard Layard e Jeffrey D. Sachs.

⁵ Eurostat, indicadores de qualidade de vida. Disponível em: https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Quality_of_life_indicators

⁶ Fórum Europeu da Juventude, Índice de Progresso da Juventude 2017. Disponível em: <https://www.youthforum.org/youth-progress-index>.

Os Estados-Membros da UE entre os melhores classificados a nível dos ODS



A nível mundial, sete Estados-Membros da UE-27 estão entre os **10 melhores** classificados no Índice de ODS, sendo que todos os Estados-Membros da UE-27 estão entre os **50 melhores** classificados (em 156):



Os Estados-Membros da UE-27 têm o melhor desempenho, em média, a nível do **ODS 1** (Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.)



Têm também o **segundo melhor desempenho**, em média, no **ODS 3** (Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades).



Em média, a pontuação mais baixa é obtida no **ODS 12** (Garantir padrões de consumo e produção sustentáveis) e no **ODS 14** (Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável).



Registam-se **diferenças notáveis** entre os Estados-Membros a nível do **ODS 10** (Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre os países).



Nos últimos cinco anos, a UE realizou **progressos** relativamente a quase todos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).



Fonte: Índice ODS SDSN; Eurostat, Desenvolvimento sustentável na União Europeia, edição de 2018.

No entanto, nada é definitivo ou permanente. Precisamos de envidar esforços contínuos para consolidar as nossas realizações em matéria de democracia, economia e ambiente, superar

plenamente o impacto negativo da crise económica e financeira, quebrar a correlação entre a melhoria da nossa saúde, prosperidade e bem-estar e a degradação ambiental, eliminar as desigualdades sociais e encontrar soluções para desafios transfronteiras.

A quarta revolução industrial, que estamos a atravessar, trará mudanças para todos. Resta-nos saber se conseguiremos tomar as rédeas e gerir a adaptação de acordo com os nossos valores e os nossos interesses. A UE e os seus Estados-Membros dispõem de vantagens competitivas significativas que nos permitem assumir a liderança e modernizar as nossas economias, preservar o nosso ambiente e melhorar a saúde e o bem-estar de todos os europeus. Tal implicará apostar nos ODS e investir nas competências, na inovação e nas tecnologias emergentes, de maneira a dar um rumo mais sustentável à nossa economia e à nossa sociedade.

Devemos ponderar a forma de melhorar os nossos padrões de produção e consumo. Temos de agir já para travar o aquecimento global e a perda de ecossistemas e biodiversidade, que põem em risco o nosso bem-estar, as nossas perspetivas de crescimento sustentável e a própria sobrevivência humana neste planeta. Temos capacidade para o fazer mas não podemos esperar mais. Apesar dos progressos realizados, as desigualdades e as disparidades territoriais ainda registam níveis elevados. Pôr-lhes fim permitir-nos-á garantir uma sociedade mais justa, mas também salvaguardar e reforçar a coesão social e assegurar a estabilidade social e política no interior e entre os Estados-Membros da UE.

Além disso, uma ordem mundial multilateral respeitada, eficiente e baseada em regras é a melhor forma de evitar um mundo anárquico onde impera a lei do mais forte, as armas nucleares, o extremismo e a escassez de recursos. Estamos a assistir à ascensão de um nacionalismo perigoso, caracterizado por uma abordagem do tipo «o meu país primeiro», que pode conduzir a discórdias e conflitos. Vários países têm começado a repudiar os compromissos que assumiram em matéria de bem-estar da população, segurança, proteção do ambiente e ação climática, destabilizando assim a ordem assente em regras.

Os ODS não são metas em si, mas servem-nos de ponto de referência e roteiro, proporcionando uma visão a longo prazo que transcende os períodos eleitorais e as considerações efémeras. Servem-nos de orientação para manter democracias sólidas, construir economias modernas e dinâmicas, contribuir para a melhoria das condições de vida no mundo, reduzir as desigualdades e garantir que ninguém fica para trás, garantindo simultaneamente o pleno respeito dos limites do nosso planeta e a sua preservação para as gerações futuras.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Nações Unidas.

Desde o início do seu mandato, a Comissão Juncker tem envidado esforços para integrar o desenvolvimento sustentável nas suas políticas⁷, tendo lançado as bases da próxima geração de políticas sustentáveis: desde o Pilar Europeu dos Direitos Sociais ao novo Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento, à estratégia «Comércio para Todos» assente em valores, ao Compromisso Estratégico para a Igualdade de Género e ao Espaço Europeu da Educação; desde o pacote da economia circular ao pacote «Europa em Movimento», à União da Energia, à Estratégia Crescimento Azul e à Estratégia para a Bioeconomia; e desde o Plano de Investimento para a Europa ao Plano de Ação sobre o Financiamento Sustentável, à Agenda Urbana da UE e ao Plano de Ação para a Natureza, para referir apenas alguns exemplos.

A Comissão Juncker propôs também tornar as finanças da UE mais sustentáveis reforçando o vínculo entre o financiamento da UE e o Estado de direito e estabelecendo um objetivo mais ambicioso de 25 % para a despesa climática no futuro orçamento da UE.

Recentemente, a Comissão Juncker apresentou uma visão estratégica a longo prazo com vista a criar uma economia da UE moderna, competitiva, próspera e com um impacto neutro no clima até 2050⁸. Esta visão abre o caminho a uma mudança estrutural da economia europeia, promovendo o crescimento sustentável e o emprego.

Todas estas políticas estratégicas deverão ser implementadas no terreno de forma plena e inequívoca. Terão igualmente de ser complementadas por outras medidas, à luz da interdependência entre as políticas, tendo simultaneamente em consideração os novos desafios, factos e elementos de prova que vão surgindo. O diálogo social e as medidas voluntárias aplicadas pelo setor privado também têm um papel importante a desempenhar nesta matéria.

A UE está excecionalmente bem posicionada para assumir a liderança, visto que as políticas isolacionistas de outras potências mundiais têm vindo a criar um vazio político. A UE tem assim uma oportunidade importante de fazer prova de liderança e mostrar o caminho a seguir aos outros países.

Em maio deste ano, os cidadãos europeus elegerão um novo Parlamento Europeu. No outono, uma nova Comissão deverá entrar em funções. O fim da «Estratégia Europa 2020 para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo»⁹ aproxima-se a passos largos. Por conseguinte, precisamos de concentrar a nossa atenção no próximo ciclo político de cinco anos para a Europa e no novo quadro financeiro plurianual, que estará em vigor de 2021 a 2027. O Conselho Europeu¹⁰ congratulou-se com a intenção da Comissão de publicar o presente documento de reflexão, que deverá abrir caminho a uma estratégia de aplicação abrangente em 2019. O presente documento lança um debate sobre o futuro da visão de desenvolvimento sustentável da UE e a tónica das políticas setoriais após 2020, preparando simultaneamente a execução dos ODS a longo prazo.¹¹ A Comissão ambiciona contribuir para um debate abrangente e prospetivo sobre o futuro da Europa, que deverá necessariamente integrar o desenvolvimento sustentável.

⁷ O anexo 3 do documento de reflexão descreve de forma mais pormenorizada as grandes iniciativas da Comissão Juncker que contribuem para a concretização da Agenda 2030 das Nações Unidas e do Acordo de Paris sobre as alterações climáticas.

⁸ COM(2018) 773 final.

⁹ COM(2010) 2020 final.

¹⁰ EUCO 13/18 — Reunião do Conselho Europeu (18 de outubro de 2018), Conclusões, III.12.

¹¹ COM(2016) 739 final.

2 A UE e os desafios mundiais a enfrentar

Graças aos esforços de reforma envidados a todos os níveis, os indicadores económicos fundamentais da UE evoluíram positivamente após a crise económica e financeira¹². No entanto, previsões recentes¹³ apontam para a necessidade de aumentar as taxas de crescimento, reduzir as taxas de endividamento e manter a disciplina orçamental a fim de proporcionar um quadro para uma economia sólida. Se não tomarmos medidas para aumentar a resiliência económica e a coesão e suprir as vulnerabilidades estruturais, poderemos assistir a uma perda de dinamismo nos próximos anos, num contexto de riscos significativos de revisão em baixa. Em contrapartida, se adotarmos as necessárias reformas estruturais, poderemos assegurar um maior bem-estar e um futuro assente em premissas mais sólidas, incluindo através do investimento na investigação e na inovação, nos serviços públicos, nos sistemas de proteção social e na preservação do ambiente. É necessário agir tanto a nível da UE como dos Estados-Membros para garantir a viabilidade a longo prazo dos sistemas fiscais e de pensões, incluindo receitas fiscais estáveis no mercado único.

Além disso, vários desafios cada vez mais prementes ameaçam o nosso bem-estar e prosperidade económica. Todos estes desafios são complexos e estreitamente interligados, pelo que a forma de gerir um deles pode ter implicações positivas para outros.

O défice de sustentabilidade mais grave, e o nosso maior desafio, é a dívida ecológica que estamos a acumular com a utilização excessiva e a destruição dos nossos recursos naturais, comprometendo assim a capacidade de satisfazer as necessidades das gerações futuras dentro dos limites do nosso planeta. Em todo o mundo, a pressão sobre os recursos essenciais — desde a água potável aos solos férteis — coloca em perigo a existência humana. Hoje em dia, a humanidade utiliza o equivalente a 1,7 planetas Terra.¹⁴ Em vários aspetos, o mundo está a caminhar rapidamente para o seu ponto de rutura: entre 1900 e 2015, o consumo mundial de matérias-primas foi multiplicado por catorze, estando previsto que aumente para mais do dobro entre 2015 e 2050¹⁵. Para além da pressão ambiental, tal representa um sério desafio para a economia europeia, que depende de matérias-primas provenientes de mercados internacionais.

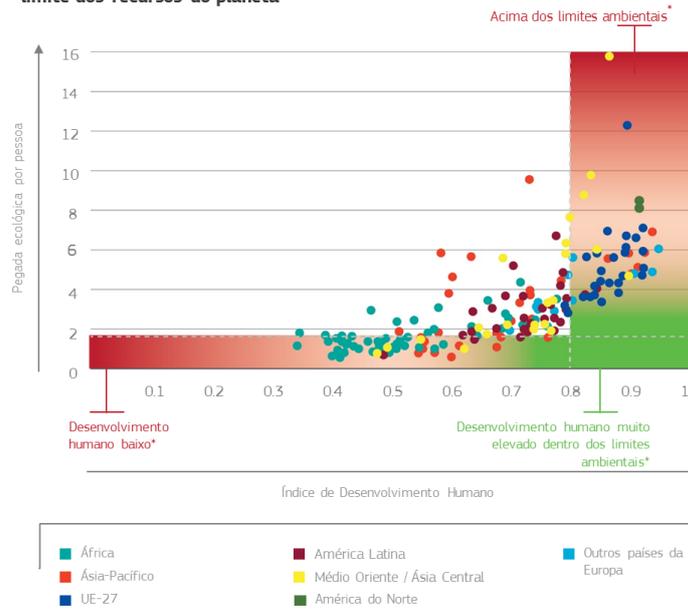
¹² Análise Anual do Crescimento para 2018, COM(2017) 690 final.

¹³ Previsões Económicas Europeias – outono de 2018, publicadas em 8 de novembro de 2018. Disponível em: https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/economy-finance/ip089_en_0.pdf.

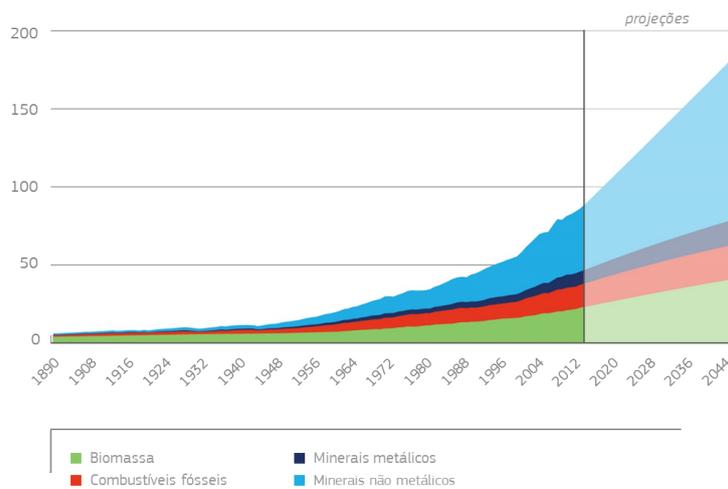
¹⁴ Global Footprint Network. Disponível em: <https://www.footprintnetwork.org/our-work/ecological-footprint/>.

¹⁵ Comissão Europeia, Painel de Avaliação das Matérias-Primas 2018.

Nenhum país atingiu um nível de desenvolvimento humano elevado dentro do limite dos recursos do planeta



A transição para uma economia circular é fundamental visto que a extração de matérias-primas regista um aumento contínuo



A biodiversidade e os ecossistemas são cada vez mais ameaçados pela ação humana; em apenas 40 anos, as populações de espécies de vertebrados registaram uma diminuição média de 60 % a nível mundial¹⁶. As florestas tropicais estão a ser destruídas a um ritmo acelerado, verificando-se uma diminuição anual equivalente à superfície da Grécia. Este problema também nos afeta: na UE, só 23 % das espécies e 16 % dos habitats são considerados em bom estado. Os géneros alimentícios à base de produtos animais têm uma pegada ecológica

¹⁶ WWF. 2018. *Living Planet Report - 2018: Aiming Higher*. M. Grooten e R.E.A. Almond (Eds). WWF, Gland, Suíça.

particularmente elevada em termos de ocupação do solo¹⁷ e a crescente procura de produtos do mar exerce uma pressão significativa sobre os ecossistemas marinhos¹⁸.

As emissões mundiais de gases com efeito de estufa continuam a aumentar a um ritmo alarmante, maioritariamente impulsionadas pela utilização de energia, pelo consumo excessivo de recursos e pela destruição dos ecossistemas. Na UE, os transportes são responsáveis por 27 % das emissões de gases com efeito de estufa e muitas zonas urbanas não respeitam os limites de poluição atmosférica acordados a nível da União. A produção de alimentos continua a implicar níveis significativos de consumo de água e energia e de emissão de poluentes, sendo responsável por cerca de 11,3 % das emissões de gases com efeito de estufa da União. Na UE, os combustíveis fósseis continuam a beneficiar de subvenções públicas na ordem dos 55 mil milhões de EUR por ano, o que corresponde a cerca de 20 % da sua fatura de importação de combustíveis fósseis, apesar das ambiciosas medidas de descarbonização adotadas e dos compromissos assumidos no âmbito do G7 e do G20 no sentido de eliminar gradualmente estas subvenções.¹⁹

Globalmente, a UE tem conseguido reduzir as suas próprias emissões e dissociá-las do crescimento económico, dando assim um contributo significativo para o esforço coletivo, tendo também em conta as emissões intrínsecas às importações e exportações da UE²⁰. Contudo, é necessário envidar mais esforços a nível da UE, mas também à escala mundial.

Se nada for feito, o impacto devastador das alterações climáticas e da degradação do capital natural afetará gravemente a economia, reduzirá a qualidade de vida em todo o planeta e aumentará a intensidade e a frequência das catástrofes naturais, colocando mais vidas em risco. Embora inverter estas tendências negativas tenha um custo e exija um grande esforço coletivo, o custo da inação e as respetivas consequências sociais seriam muito superiores.²¹

Para além deste desafio planetário, o modelo de proteção social da UE — uma pedra angular do projeto europeu — também se encontra ameaçado. As alterações demográficas, tecnológicas e estruturais num mundo globalizado estão a transformar a natureza do trabalho e a pôr em causa a nossa solidariedade, erodindo a premissa de que cada geração herdará um mundo melhor do que a precedente. Tal poderá também intensificar a ameaça que pesa sobre a democracia, o Estado de direito e os direitos fundamentais, valores centrais da UE.

¹⁷ Agência Europeia do Ambiente (2017), «*Food in a green light, A systems approach to sustainable food*».

¹⁸ SWD(2016) 319 final.

¹⁹ COM (2019)1.

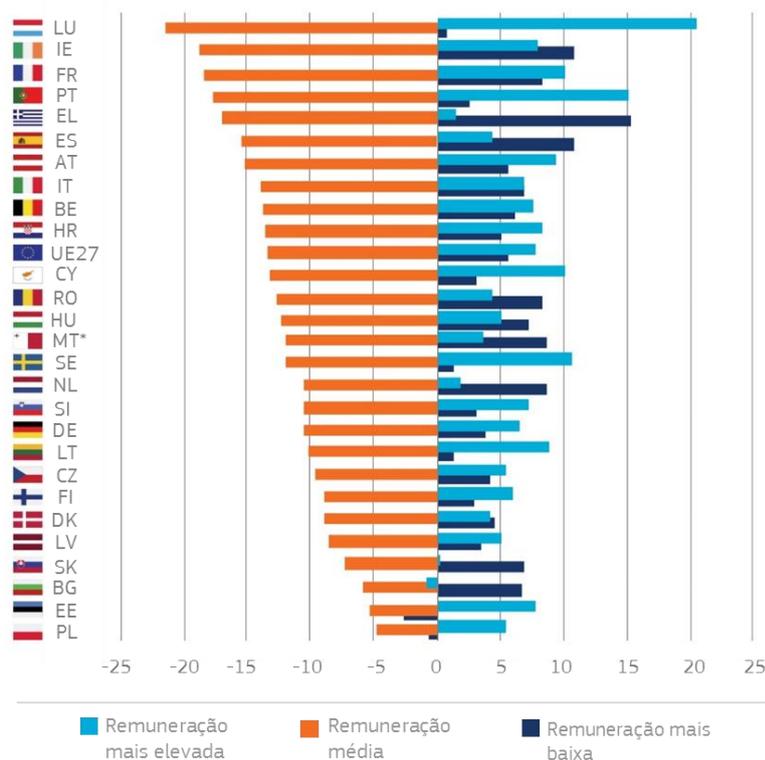
²⁰ Análise aprofundada em apoio à Comunicação da Comissão COM (2018)773, secção 5.6.2.3.

²¹ Dante Disparte, «*If You Think Fighting Climate Change Will Be Expensive, Calculate the Cost of Letting It Happen*», 12 de junho de 2017, Harvard Business Review em linha. Disponível em: <https://hbr.org/2017/06/if-you-think-fighting-climate-change-will-be-expensive-calculate-the-cost-of-letting-it-happen>

A proporção de trabalhadores com salários médios está a diminuir em toda a UE

Empregos com remuneração elevada, média e baixa na UE

Variação entre 2002 e 2016 em pontos percentuais



Fonte: Evolução do emprego e da situação social na Europa, 2018.

Nota: Variação para Malta entre 2009 e 2016.

Atualmente, cerca de 22,5 % da população da UE continua a estar em risco de pobreza ou de exclusão social e 6,9 % dos europeus ainda vivem em situação de privação material severa. Em 2017, as desigualdades de rendimentos nos Estados-Membros da UE diminuíram pela primeira vez desde a crise financeira. No entanto, estas desigualdades continuam a atingir um nível demasiado elevado, sendo que a riqueza continua a estar sistematicamente concentrada nas classes mais altas. Esta situação tem várias consequências sociais, conduzindo a discrepâncias no bem-estar e na qualidade de vida. Os Estados-Membros da UE também enfrentam obstáculos para garantir um aprovisionamento em energia a preços acessíveis para todos os europeus, sendo que milhões de pessoas têm dificuldades em aquecer devidamente as suas habitações²². Ao passo que cerca de 43 milhões de pessoas na UE não dispõem de meios financeiros suficientes para fazer uma refeição de qualidade de dois em dois dias²³, cerca de 20 % da nossa produção alimentar é desperdiçada²⁴ e mais de metade da população adulta da UE tem excesso de peso,²⁵ sinónimo de graves riscos para a saúde. A resistência antimicrobiana é outro risco para a saúde, podendo vir a causar mais de 10 milhões de mortes por ano em todo o mundo nas próximas décadas²⁶.

²² Eurostat, «Desenvolvimento sustentável na União Europeia – Relatório de acompanhamento sobre os progressos para alcançar os ODS no contexto da UE – Edição de 2018».

²³ https://ec.europa.eu/food/safety/food_waste_en.

²⁴ Eurostat, «Desenvolvimento sustentável na União Europeia – Relatório de acompanhamento sobre os progressos para alcançar os ODS no contexto da UE – Edição de 2018».

²⁵ Eurostat, «Desenvolvimento sustentável na União Europeia – Relatório de acompanhamento sobre os progressos para alcançar os ODS no contexto da UE – Edição de 2018».

²⁶ Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), 2016, «Antimicrobial resistance and our food systems: challenges and solutions». Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i6106e.pdf>

Na UE...



Fonte: Eurostat, Comissão Europeia, EU Fusions.

Hoje em dia, continua a não existir uma plena igualdade entre os homens e as mulheres. Embora a taxa de emprego das mulheres e a presença das mesmas em cargos de alto nível atinjam níveis historicamente elevados, a igualdade entre os sexos tem estagnado, ou mesmo regredido, em outros aspetos²⁷. Ao longo dos últimos dez anos, doze Estados-Membros da UE registaram um retrocesso no equilíbrio entre homens e mulheres em matéria de tempo consagrado à prestação de cuidados, às tarefas domésticas e à participação em atividade sociais. Continuam a verificar-se disparidades a nível de emprego e de salários²⁸.



A maioria dos inquiridos europeus considera que a vida das crianças de hoje será mais difícil do que a vida das pessoas da sua própria geração.

Relatório do Eurobarómetro 2017

O facto de a Europa ter a esperança de vida mais elevada do mundo é um êxito significativo. Mas o número crescente de idosos e a diminuição da população em idade ativa acarreta desafios específicos para o nosso modelo socioeconómico. A conjugação do envelhecimento com a longevidade e o número crescente de doenças crónicas poderá ter um profundo impacto nas finanças públicas, incluindo sobre os sistemas de saúde, aumentando também o risco de desigualdades entre gerações.

²⁷ Instituto Europeu para a Igualdade de Género (2017), Índice de Igualdade de Género 2017 — Medir a igualdade de género na União Europeia 2005-2015, Comunicado de imprensa de 11 de outubro de 2017. Disponível em: <https://eige.europa.eu/news-and-events/news/gender-equality-index-2017-progress-snails-pace>

²⁸ Comissão Europeia, «Relatório de 2018 sobre a igualdade entre homens e mulheres na UE».

A percentagem de pessoas com idade superior a 65 anos relativamente à população em idade ativa vai aumentar rapidamente



Fonte: Eurostat, Comissão Europeia.

Nota: Este gráfico apresenta os rácios de dependência dos idosos, ou seja, a proporção de pessoas com mais de 65 anos em relação à população em idade ativa (entre os 15 e os 64 anos).

As desigualdades e o declínio da mobilidade social constituem um risco para o nosso desenvolvimento económico global²⁹ e para a coesão social. Geralmente, a UE regista um desempenho relativamente bom no que toca à desigualdade de rendimentos e não tão bom quanto à desigualdade de oportunidades. A desigualdade de oportunidades pode impossibilitar a inclusão social e profissional de partes da população, prejudicando as perspetivas de crescimento. O combate às desigualdades é primordial se queremos que a população apoie a transição para a sustentabilidade. A tentação crescente do isolacionismo e do nacionalismo pode ser interpretada como um sinal de que demasiados europeus não se sentem devidamente protegidos contra um mundo que lhes parece cada vez mais injusto. É evidente que, por si só, nenhum Estado-Membro é suficientemente grande ou forte para enfrentar os desafios transnacionais, mas unidos, enquanto UE, podemos oferecer proteção.

As desigualdades a nível mundial são também motivo de profunda preocupação. Tendo em conta as grandes disparidades em matéria de crescimento demográfico e condições de vida a nível mundial, bem como o aumento contínuo das temperaturas globais e o desaparecimento de ecossistemas, assistiremos inevitavelmente ao aumento das deslocações e migrações forçadas em todo o mundo. A título de exemplo, calcula-se que até 2050, centenas de milhões de pessoas sejam obrigadas a abandonar as suas casas devido às alterações climáticas e à degradação ambiental³⁰. Este exemplo demonstra claramente a interligação e a interdependência entre diferentes questões complexas, bem como a necessidade de uma resposta global. Não há qualquer solução milagrosa ou remédio fácil para estes desafios vastos e complexos.

Modernizar o nosso modelo económico, dar resposta às problemáticas sociais que enfrentamos e continuar a desenvolver e promover uma cooperação multilateral forte e assente em regras serão tarefas árduas. Contudo, estes são fatores indispensáveis para garantir a estabilidade social, permitir que as economias prosperem e melhorar a nossa saúde. As nossas sociedades livres exigem um dinamismo económico e um investimento contínuo em tecnologias facilitadoras essenciais, bem como na educação. Se queremos proporcionar um futuro melhor para todos, precisamos de reinventar uma forma de crescimento sustentável, sabendo que as condições-limite do século 21 são muito diferentes das do século anterior. Estamos prontos para superar este desafio.

²⁹ OCDE (2015), *In It Together: Why Less Inequality Benefits All*, Publicações da OCDE, Paris.

³⁰ Organização Internacional para as Migrações, «*Migration, Environment and Climate Change: Assessing the Evidence*», 2009.

Para fazer face aos principais desafios mundiais, a nossa sociedade deve dar prioridade à **igualdade social**, à **solidariedade** e à **proteção do ambiente**.



1.

fator mais citado



2.

fator mais citado

Eurobarómetro sobre o futuro da Europa 2017

Tendo em conta que os ODS são, por definição, objetivos globais, aplicáveis a todas as partes do mundo, temos de os equacionar dessa forma. Ao agirmos, temos de ter em mente uma perspetiva internacional, dar o exemplo, estabelecer normas globais e incitar os países, as indústrias e as pessoas a aderir a esta visão. Constituindo o maior mercado único do mundo, sendo o maior investidor, a maior potência comercial e o principal prestador de ajuda ao desenvolvimento, a UE pode desempenhar um papel crucial no êxito da Agenda 2030 das Nações Unidas. A UE já pôs em prática muitas das políticas mais modernas do mundo em prol da sustentabilidade. A trajetória que iniciámos deve ser prosseguida, mas é necessário intensificar o nosso ritmo para garantir uma Europa sustentável até 2030. Não nos podemos dar ao luxo de transferir a nossa responsabilidade para as gerações futuras e o prazo para agir está a acabar. As decisões que tomarmos ou optarmos por não tomar nos próximos anos irão determinar a nossa capacidade para inverter estas tendências.

3 Rumo a uma Europa sustentável até 2030

O desenvolvimento sustentável passa por melhorar o nível de vida das populações, dando-lhes uma verdadeira possibilidade de escolha, criando um ambiente estimulante, divulgando conhecimentos e fornecendo melhores informações. Assim, devemos conseguir «viver bem, dentro dos limites do nosso planeta»³¹ graças a uma utilização inteligente dos recursos e a uma economia moderna ao serviço da nossa saúde e do nosso bem-estar.

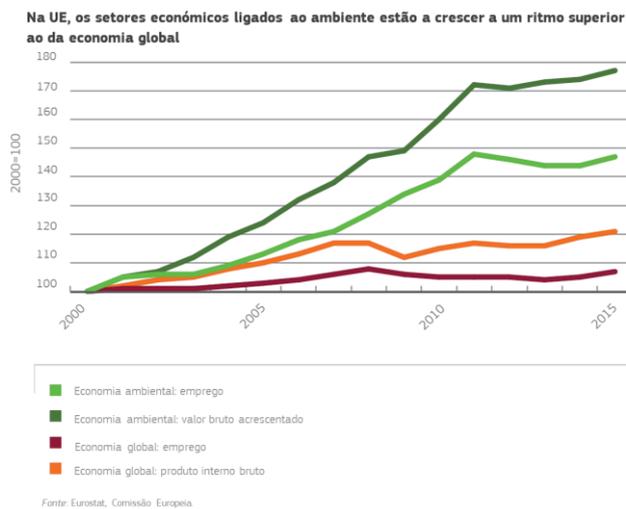
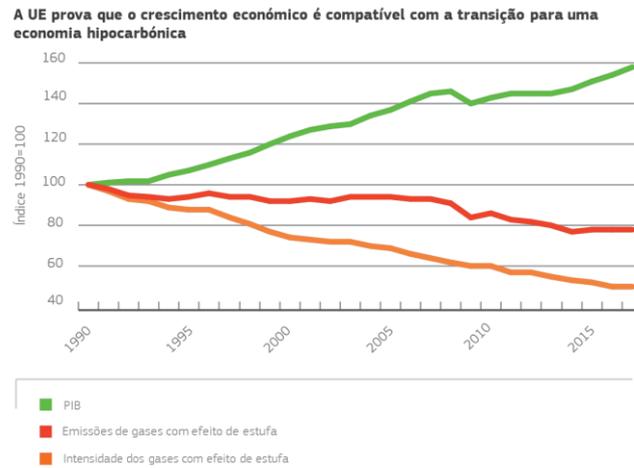
Por conseguinte, devemos prosseguir o caminho que começámos a traçar: a transição para uma economia hipocarbónica, com impacto neutro no clima, eficiente em termos de recursos e rica em biodiversidade, em plena conformidade com a Agenda 2030 das Nações Unidas e com os 17 ODS. Esta transição tem de ser realizada em benefício de todos, sem deixar ninguém para trás, assegurando a igualdade e a inclusividade. O nosso crescimento económico tem de se tornar menos dependente dos recursos não renováveis para que possamos maximizar a utilização dos recursos renováveis e dos serviços ecossistémicos geridos de forma sustentável.

A UE já deu início a esta transição: entre 2000 e 2015, o emprego no setor do ambiente cresceu a um ritmo mais acelerado do que na economia em geral³². As tecnologias

³¹ Sétimo programa de ação em matéria de ambiente. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX:32013D1386>.

³² Eurostat, Economia ambiental — estatísticas sobre o emprego e o crescimento. Disponível em: <https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/pdfscache/10420.pdf>. A economia ambiental engloba dois grandes grupos de atividades e/ou produtos: a «proteção do ambiente», ou seja, todas as atividades relacionadas com a prevenção, a redução

hipocarbónicas são cada vez mais comercializadas, permitindo que a UE beneficie de saldos comerciais muito positivos. Durante o período 2012-2015, as exportações da UE de tecnologias de energia limpa atingiram 71 mil milhões de EUR, ultrapassando as importações em 11 mil milhões de EUR. A UE já começou a mostrar que o crescimento económico é compatível com a redução das emissões de carbono.



A UE poderá definir normas para o resto do mundo se assumir a liderança na implementação dos ODS e na transição para uma economia sustentável, incluindo através de investimentos inteligentes em tecnologias facilitadoras essenciais e na inovação. Assim, a UE seria a primeira a colher os benefícios da transição e possuiria a maior vantagem competitiva no mercado mundial do futuro. Tal contribuirá para reforçar os Estados-Membros e a própria União, ajudando as pessoas a prosseguir os seus objetivos em matéria de bem-estar e liberdade e, assim, concretizar a visão da Europa.

e a eliminação da poluição, bem como qualquer outra degradação do ambiente, e a «gestão dos recursos» , que consiste em preservar e manter os volumes de recursos naturais e, por conseguinte, evitar que estes se esgotem.

O crescimento verde é suscetível de trazer benefícios a todos³³, tanto do lado dos produtores como dos consumidores. Estima-se que a concretização dos ODS nos domínios da alimentação, da agricultura, da energia, das matérias-primas, das cidades, do bem-estar e da saúde leve à criação de oportunidades de mercado equivalentes a mais de 10 biliões de EUR³⁴. A ambição da UE de alcançar uma economia eficiente em termos de recursos e com impacto neutro no clima demonstrará que a transição para uma economia verde pode andar a par com o aumento da prosperidade. Para ter êxito, a UE e os seus Estados-Membros devem assumir um papel de liderança em matéria de investigação, tecnologia e infraestruturas modernas. Devemos igualmente incentivar a emergência de novos modelos de negócio, reduzir os obstáculos existentes no Mercado Único e tirar partido das novas tecnologias como a inteligência artificial. A investigação e a inovação, o financiamento, a fixação de preços e a fiscalidade, a conduta empresarial responsável, os novos modelos de negócio e o ensino constituem elementos viabilizadores importantes que, se forem orientados para uma transição económica inovadora, verde, inclusiva e socialmente justa, criarão as condições adequadas para uma mudança sustentável.

Para o conseguir, temos de continuar a investir nas pessoas e nos diferentes sistemas que servem de suporte à nossa sociedade. As medidas fragmentadas e isoladas revelaram-se ineficazes: é necessário formular estratégias abrangentes e integradas. A título de exemplo, as questões ambientais não poderão ser resolvidas apenas através de políticas ambientais se as políticas económicas continuarem a promover os combustíveis fósseis, a utilização ineficiente dos recursos ou modelos de produção e consumo não sustentáveis. Do mesmo modo, as políticas sociais não são suficientes para acompanhar a quarta revolução industrial e apoiar a mão-de-obra afetada pela transição para uma economia hipocarbónica; a aplicação de políticas sólidas em matéria de educação, formação e investigação e desenvolvimento será crucial para dotar as nossas sociedades da resiliência necessária.

É necessário agir a todos os níveis. As instituições da UE, os Estados-Membros e as regiões terão de aderir ao projeto. As cidades, os municípios e as zonas rurais deverão impulsionar a mudança. Os cidadãos, as empresas, a comunidade de investigação e conhecimento terão de trabalhar em equipa. A UE e os seus Estados-Membros terão de cooperar com os seus parceiros internacionais. Se queremos ter êxito, todos temos de avançar na mesma direção.

3.1 Bases políticas para um futuro sustentável

Por conseguinte, é absolutamente essencial que todos os intervenientes na UE deem prioridade à transição para a sustentabilidade, continuando a aprofundar as agendas estratégicas transversais adotadas a nível da União nos últimos anos. Uma parte importante das políticas da UE já é orientada para a concretização dos ODS, mas é preciso que os Estados-Membros as ponham em prática de forma integrada. A título de exemplo, os custos decorrentes da não aplicação da atual legislação ambiental da UE são estimados em cerca de 50 mil milhões de EUR por ano em despesas de saúde e custos diretos para o ambiente. O pleno cumprimento das regras ambientais da UE não só traria benefícios significativos para o ambiente e a saúde como contribuiria para a criação de emprego³⁵.

Na mesma ordem de ideias, não basta aumentar o ritmo e a escala de difusão de soluções sustentáveis; também é preciso reforçar a coerência e estabelecer ligações entre as diferentes

³³ S. Fankhauser, A. Bowen et al. «*Who will win the green race? In search of environmental competitiveness and innovation*», 2013.

³⁴ Business and Sustainable Development Commission, «*Better Business Better World, The report of the Business & Sustainable Development Commission*», janeiro de 2017 (p. 12).

³⁵ Reexame da aplicação da política ambiental da UE 2017.

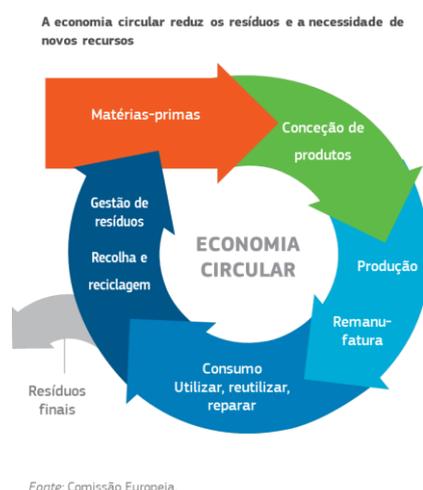
agendas a todos os níveis. A coerência das políticas é uma condição fundamental para concretizar os ODS e assegurar um crescimento verde, inclusivo e duradouro para a UE.

Em consonância com os dados concretos subjacentes aos principais desafios e oportunidades em matéria de sustentabilidade para a UE, importa pôr a tónica na produção e no consumo no domínio dos materiais e produtos, da alimentação, da energia, da mobilidade e das áreas construídas³⁶, tendo em conta as consequências sociais das mudanças nestes domínios. É neles que a transição para a sustentabilidade é mais necessária e implica maiores benefícios potenciais para a economia, a sociedade e o ambiente natural da UE, bem como fortes repercussões positivas a nível mundial. Estes domínios não funcionam isoladamente: são estreitamente interdependentes e reforçam-se mutuamente.

3.1.1 Da economia linear à economia circular

A maior disponibilidade e acessibilidade dos diferentes materiais e produtos simplificou as nossas vidas e contribuiu para aumentar o nível e a qualidade de vida na UE. No entanto, o nosso modelo de consumo tem acarretado uma extração de recursos excessiva e uma pressão crescente sobre o capital natural e o clima³⁷.

Temos de nos assegurar que conseguimos crescer economicamente e melhorar o nível de vida das pessoas de uma forma sustentável. Tal implicará conceber novos materiais e produtos, que nos permitirão reutilizar, reparar e reciclar com maior frequência. Assim, reduziremos não só os resíduos como também a necessidade de extrair novos recursos, que implica um grande custo financeiro e ambiental. Numa verdadeira economia circular, quando um produto atinge o final da sua vida útil — seja ele um par de calças de ganga, um *smartphone*, um recipiente alimentar ou uma peça de mobiliário —, a maior parte do seu valor material é preservada. Assim, o que anteriormente seria considerado como um resíduo pode voltar a ser utilizado para fabricar novos produtos.



³⁶ Entre outros: Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas, «Aquecimento global de 1,5 °C: relatório especial do PIAC sobre a repercussões de um aquecimento global 1,5°C acima dos níveis pré-industriais e as trajetórias das emissões mundiais de gases com efeito de estufa associadas, no contexto do reforço da resposta mundial à ameaça das alterações climáticas, do desenvolvimento sustentável e dos esforços de erradicação da pobreza », 2018; Sachs, J., Schmidt-Traub, G. Kroll, C., Lafortune, G., Fuller, G. (2018): *SDG Index and Dashboards Report 2018*. Nova Iorque: Bertelsmann Stiftung e Rede de Soluções de Desenvolvimento Sustentável (SDSN); *Europe moving towards a sustainable future, Contribution of the Multi-Stakeholder Platform on the implementation of the Sustainable Goals in the EU Reflection Paper*, outubro de 2018.

³⁷ Eurostat, «Desenvolvimento sustentável na União Europeia – Relatório de acompanhamento sobre os progressos para alcançar os ODS no contexto da UE – Edição de 2018».

A transição para uma economia circular, incluindo para uma bioeconomia circular, constitui uma enorme oportunidade para a criação de vantagens competitivas numa base sustentável. A aplicação dos princípios da economia circular em todos os setores e indústrias não só trará benefícios ambientais e sociais à Europa como poderá gerar um benefício económico líquido de 1,8 biliões de EUR³⁸ e criar mais de 1 milhão de novos postos de trabalho em toda a UE até 2030³⁹, contribuindo de forma decisiva para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa⁴⁰. Tendo em conta que os produtos da UE são fortemente dependentes de recursos provenientes de outras partes do mundo, a transição para uma economia circular também ajudará a UE a diminuir as pressões ambientais, sociais e económicas a nível mundial e aumentará a sua autonomia estratégica.



A UE é a economia mais bem posicionada para beneficiar da transição para a economia circular ao fazer dos produtos circulares uma das suas principais imagens de marca, o que criará vantagens competitivas. No entanto, se queremos conservar essa vantagem, teremos de intensificar os nossos esforços. O Plano de Ação para a Economia Circular, adotado pela Comissão Juncker em 2015, estabelece medidas para orientar a UE rumo a uma economia circular e fazer dela um líder mundial nesta transição. O plano inclui passos para mudar os padrões de consumo e de produção, prestando especial atenção à conceção dos produtos (durabilidade, reparabilidade, reutilização e reciclabilidade), à gestão dos resíduos (prevenção, reciclagem das matérias-primas, valorização energética e proscricção da deposição em aterros) e ao aumento da sensibilização dos consumidores. Quase todos os elementos do Plano de Ação já foram concretizados, mas será necessário tomar medidas adicionais para construir uma economia europeia plenamente circular.

A Estratégia revista da UE para a Bioeconomia, apresentada em 2018, complementa o plano de ação para a economia circular, melhorando e intensificando a utilização sustentável dos recursos renováveis e permitindo que as matérias-primas e subprodutos industriais renováveis sejam convertidos em produtos de base biológica, tais como combustíveis, produtos químicos, materiais compósitos, mobiliário e fertilizantes.

Agora, importa traduzir as políticas em vigor numa realidade concreta e continuar a dar prioridade a novas ações a todos os níveis de governação da UE. A título de exemplo, os

³⁸ «Growth within: A circular economy vision for a competitive Europe», Fundação Ellen MacArthur e McKinsey Center for Business and Environment, 2015.

³⁹ *Towards a circular economy – Waste management in the EU*, 2017, Serviço de Estudos do Parlamento Europeu

⁴⁰ SITRA, *The circular economy - a powerful force for climate mitigation*, 2018. Disponível em: <https://www.sitra.fi/en/publications/circular-economy-powerful-force-climate-mitigation/>.

Estados-Membros deverão pôr em prática a modernização ambiciosa das normas da UE em matéria de resíduos. As análises do ciclo de vida dos produtos devem tornar-se sistemáticas e o quadro relativo à conceção ecológica — destinado a aumentar a eficiência dos produtos para reduzir o consumo de energia e de recursos — deve ser alargado tanto quanto possível. O trabalho iniciado em matéria de produtos químicos, ambiente não tóxico, rotulagem ecológica eecoinovação, matérias-primas críticas e adubos deve ser acelerado. O desenvolvimento do mercado das matérias-primas secundárias tem de continuar a ser uma prioridade. Teremos de aprofundar o êxito obtido em matéria de economia circular dos plásticos, bem como incitar outras indústrias altamente poluentes e consumidoras de recursos — tais como as indústrias alimentar, têxtil e de produtos eletrónicos — a tornarem-se circulares. Devemos expandir e reforçar os setores de base biológica, protegendo simultaneamente os nossos ecossistemas e evitando a sobre-exploração dos recursos naturais. No futuro, devemos colocar a economia circular no centro da estratégia industrial da UE, estimulando a circularidade em novos domínios e setores, capacitando os consumidores para fazerem escolhas informadas e intensificando os esforços do setor público através de contratos públicos sustentáveis. As condições necessárias estão reunidas e a reação popular em favor da estratégia da UE para os plásticos prova que os cidadãos estão cada vez mais sensibilizados para a necessidade de continuar nesta trajetória.

Economia circular em ação: UE põe em prática a primeira estratégia global para os plásticos a nível mundial

A estratégia da UE para os plásticos⁴¹ e a legislação em matéria de plásticos de utilização única⁴² permitirá proteger o ambiente da poluição por plásticos, promovendo simultaneamente o crescimento e a inovação. Até 2030, todas as embalagens de plástico colocadas no mercado da UE terão de ser recicláveis de forma economicamente viável, serão proibidos os microplásticos adicionados intencionalmente e os produtos plásticos de utilização única mais prejudiciais para os quais existem alternativas e os plásticos reciclados serão cada vez mais utilizados para fabricar novos produtos.

3.1.2 Sustentabilidade do prado ao prato

O setor agrícola e as zonas rurais da UE são fundamentais para o bem-estar dos cidadãos europeus. A nossa agricultura e a nossa indústria alimentar fazem da UE um dos maiores produtores mundiais de alimentos, garante de segurança alimentar e empregador de milhões de cidadãos europeus. Os agricultores da UE são também os primeiros guardiões do meio natural, uma vez que cuidam dos recursos naturais em 48 % do território da UE, sendo que outros 40 % estão a cargo dos silvicultores. As zonas rurais da UE acolhem setores inovadores como a bioeconomia, sendo também importantes pontos de concentração de atividades de lazer e turismo. No entanto, os agricultores e os silvicultores são os primeiros a serem afetados pela subida contínua das temperaturas e pela degradação do ambiente natural.

A agricultura da UE realizou progressos concretos em matéria de clima e ambiente: desde 1990, verificou-se uma redução das emissões de gases com efeito de estufa em 20 % e dos níveis de nitratos nos rios em 17,7 %. Não obstante, os desafios identificados subsistem. Se queremos modernizar a nossa economia, proteger o ambiente e melhorar a qualidade da nossa alimentação, devemos corrigir os desequilíbrios na nossa cadeia alimentar, desde a agricultura e a pesca até à indústria alimentar e de bebidas, aos transportes, à distribuição e ao consumo.

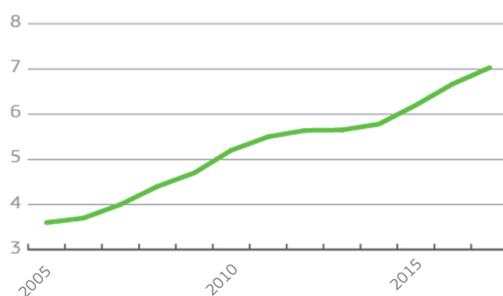
⁴¹ COM/2018/028 final.

⁴² COM/2018/340 final.

Os ODS mostram-nos o caminho a seguir. Estima-se que um sistema alimentar e agrícola mundial em consonância com os ODS possa gerar um rendimento económico superior a 1,8 biliões de EUR até 2030⁴³. É também suscetível de fornecer alimentos nutritivos e acessíveis a uma população mundial em crescimento, gerar rendimentos mais elevados, ajudar a restaurar as florestas, os recursos de água doce e os ecossistemas e ser dotado de uma maior resiliência face aos riscos climáticos⁴⁴. Até 2050, as práticas de produção agrícola e alimentar sustentável deverão criar mais de 200 milhões de empregos a tempo inteiro a nível mundial⁴⁵.

As exigências dos cidadãos neste domínio também estão a evoluir: verifica-se uma valorização crescente dos géneros alimentícios que trazem mais benefícios para a sociedade, como os produtos biológicos, os produtos com indicações geográficas, os sistemas de produção alimentar locais com menores pegadas ecológicas em termos de emissões de carbono e as soluções alimentares inovadoras que emitem menos gases com efeito de estufa. A agricultura biológica, que coloca a tónica na proteção do ambiente e no bem-estar dos animais, tem vindo a aumentar em todos os Estados-Membros da UE desde 2005 e prevê-se que continue a crescer⁴⁶.

A agricultura biológica está a aumentar na UE, representando quase o dobro da superfície agrícola total entre 2005 e 2016
Superfície dedicada à agricultura biológica, % da superfície agrícola utilizada



Fonte: Eurostat.

Como primeiro exportador e importador de produtos agroalimentares do mundo,⁴⁷ a UE está bem posicionada para colher os benefícios desta oportunidade económica e assumir a liderança mundial em matéria de alimentação sustentável. Este objetivo pode ser concretizado. Precisamos de uma abordagem abrangente que transforme o modo como produzimos, consumimos, transformamos e distribuímos alimentos, acelerando a transição para um **sistema alimentar sustentável** com base nos princípios da economia circular e fazendo da produção alimentar inovadora, saudável, respeitadora do ambiente e do bem-estar animal, segura e nutritiva um dos principais elementos da nossa imagem de marca.

A Comissão propôs modernizar a política agrícola comum (PAC), obrigando a que os planos nacionais dos Estados-Membros reflitam os princípios de sustentabilidade subjacentes aos

⁴³ Business and Sustainable Development Commission, «Better Business Better World, The report of the Business & Sustainable Development Commission», janeiro de 2017.

⁴⁴ Business and Sustainable Development Commission, «Better Business Better World, The report of the Business & Sustainable Development Commission», janeiro de 2017.

⁴⁵ Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), *Green jobs*. Disponível em: <http://www.fao.org/rural-employment/work-areas/green-jobs/en/>

⁴⁶ Eurostat, «Desenvolvimento sustentável na União Europeia – Relatório de acompanhamento sobre os progressos para alcançar os ODS no contexto da UE – Edição de 2018».

⁴⁷ Comissão Europeia, *Monitoring Agri-trade Policy*, MAP 2018-1, «Agri-food trade in 2017: another record year for EU agri-food trade».

objetivos da PAC. A política comum das pescas fomentou progressos significativos em matéria de sustentabilidade do setor das pescas europeu. No entanto, continua a ser fundamental aplicar devidamente esta política, incluindo a gestão sustentável das unidades populacionais e o desenvolvimento de uma aquicultura sustentável.

Caixa: Apoio à transição para a agricultura sustentável mediante uma PAC moderna

A futura PAC (2021-2027)⁴⁸ continuará a assegurar o acesso a alimentos de qualidade e o forte apoio ao modelo agrícola europeu único, dando uma maior ênfase ao ambiente e ao clima, apoiando a transição para um setor agrícola mais sustentável e o desenvolvimento de zonas rurais dinâmicas.

As novas obrigações incluem a preservação dos solos ricos em carbono através da proteção das zonas húmidas e das turfeiras, a utilização de um instrumento de gestão de fertilizantes para melhorar a qualidade da água, reduzindo os níveis de amoníaco e de óxido nítrico, e a substituição da diversificação pela rotação de culturas. Todos os agricultores que beneficiam do apoio da PAC terão de respeitar estas normas de base.

Cada Estado-Membro deverá criar regimes ecológicos para apoiar e/ou incentivar os agricultores a dar preferência a práticas agrícolas que sejam benéficas para o clima e o ambiente, indo além dos requisitos obrigatórios. Além disso, os agricultores poderão contribuir para uma maior sustentabilidade mediante um apoio suplementar concedido através de diversos regimes voluntários.

Neste contexto, importa observar uma utilização mais prudente dos agentes antimicrobianos para diminuir o risco de resistência antimicrobiana nos animais e nos seres humanos⁴⁹, prosseguir o plano de ação da UE de combate ao desperdício de alimentos, reforçar a ênfase dada às normas em matéria de bem-estar dos animais, assegurar a utilização sustentável de pesticidas e transformar os resíduos orgânicos, inorgânicos e os desperdícios em recursos valiosos. A transparência das cadeias de valor e o incentivo aos produtores e aos supermercados para que ofereçam — e aos consumidores para que escolham — alimentos sustentáveis e regimes alimentares saudáveis podem ser conseguidos através de medidas inovadoras, incluindo a melhoria da educação e da informação dos consumidores, proporcionando-lhes assim um verdadeiro leque de escolhas saudáveis a preços acessíveis. A evolução para um consumo mais sustentável de produtos de origem animal poderá também trazer benefícios sanitários significativos para os consumidores e ter um impacto positivo no ambiente natural⁵⁰.

3.1.3 Energia, edifícios e mobilidade orientados para o futuro

A **energia limpa** é fundamental para um futuro sustentável. Precisamos de produzir, armazenar e consumir energia de forma sustentável, a fim de reduzir o nosso impacto ambiental e proteger a saúde dos cidadãos europeus.

A UE é já uma das economias mais eficientes do mundo em termos de emissões de carbono. As energias renováveis são parte integrante do cabaz energético da Europa e mais de metade

⁴⁸ Disponível em: <https://ec.europa.eu/commission/publications/natural-resources-and-environment>.

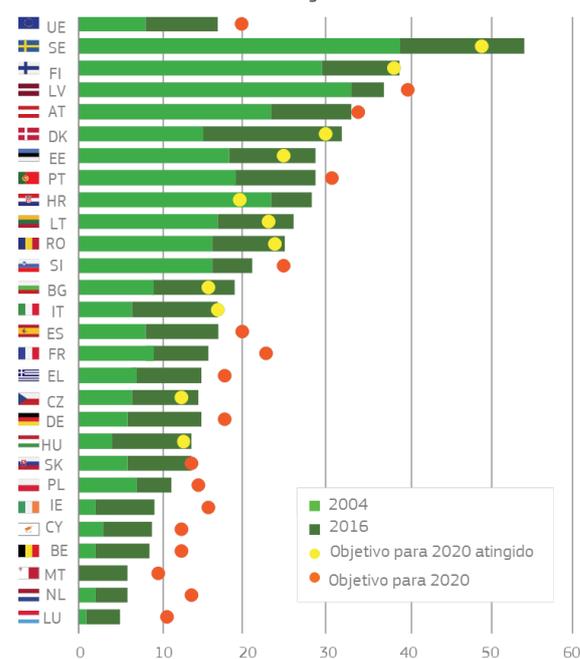
⁴⁹ Disponível em: https://ec.europa.eu/health/amr/sites/amr/files/amr_action_plan_2017_en.pdf.

⁵⁰ Análise aprofundada em apoio à Comunicação da Comissão COM (2018)773 «Um Planeta Limpo para Todos — Estratégica a longo prazo da UE para uma economia próspera, moderna, competitiva e com impacto neutro no clima». A produção de carne implica uma das maiores taxas de ocupação de solo por caloria. A transformação e a redução do consumo de carne permitirá disponibilizar terras adicionais.

do provisionamento de eletricidade da UE tem um impacto neutro sobre o clima. As medidas de eficiência energética, incluindo a etiquetagem energética, reduziram o consumo de energia nos últimos anos⁵¹. Ao comprarem eletrodomésticos, as pessoas optam cada vez mais por aparelhos eficientes do ponto de vista energético. Os setores das energias renováveis e da eficiência energética representam cerca de 1,5 milhões de postos de trabalho na Europa.

Em 2016, as energias renováveis representavam 17% da energia consumida na UE, rumo ao objetivo de 20% em 2020

Em % do consumo final bruto de energia



Fonte: Eurostat.

Com a União da Energia, a Comissão Europeia dispõe de um dos mais abrangentes quadros estratégicos globais para a transição energética e a modernização económica, reunindo o clima, a energia, os transportes, a investigação e outras políticas. No âmbito da regulamentação ligada à União da Energia, os objetivos fixados a nível da UE — atingir, pelo menos, 32 % de energias renováveis no consumo total de energia e, pelo menos, 32,5 % de eficiência energética em 2030 — permitir-nos-ão ir além do compromisso que assumimos no âmbito do Acordo de Paris sobre as alterações climáticas: reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em, pelo menos, 40 % até 2030, em comparação com os níveis de 1990.

Caixa: A energia limpa é uma oportunidade de criar empregos e estimular o emprego

Entre 2008 e 2014, o número de postos de trabalho no domínio das tecnologias de energias renováveis aumentou em 70 %. Ao mobilizar o investimento público e privado, poder-se-ão criar 900 000 postos de trabalho adicionais até 2030. O setor da eficiência energética poderá criar até 400 000 novos postos de trabalho locais.

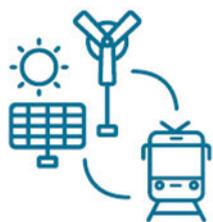
Indo além de 2030, será necessário envidar mais esforços para respeitar o texto e o espírito do

⁵¹ A eficiência energética dos frigoríficos foi consideravelmente melhorada ao longo dos últimos dez anos (o mesmo sucedeu, por exemplo, com as máquinas de lavar roupa/louça e com os televisores). Isto significa que as pessoas estão a comprar aparelhos mais eficientes. Topten com base em dados GFK. Disponível em: topten.eu

Acordo de Paris sobre as alterações climáticas, explorando plenamente o potencial económico da transição energética. A UE pode diminuir consideravelmente a sua dependência onerosa em relação aos combustíveis fósseis, reduzir a sua fatura de importação destes combustíveis de cerca de 260 mil milhões de EUR, aumentar a sua soberania energética e contribuir para um mercado da energia mais justo. É primordial aprofundar a integração do mercado da energia, construindo as interligações em falta e facilitando o comércio transfronteiras de energia. A energia oceânica e a energia eólica marítima também podem apoiar a transição para as energias limpas. No seu papel de líder neste domínio, a UE deve continuar a usufruir das suas vantagens enquanto precursora.

Atendendo a que os **edifícios** são atualmente responsáveis por cerca de 40 % do consumo de energia, é necessário promover a melhoria da sua eficiência energética através da reabilitação e modernização. Este processo já se encontra em curso. A título de exemplo, as ecoindústrias, nomeadamente ligadas à renovação de edifícios, representam mais de 3,4 milhões de empregos na Europa. A redução do consumo energético dos edifícios exige um recurso mais frequente a fontes de aquecimento elétrico eficientes e limpas, mas também a construção de edifícios e equipamentos mais inteligentes e a utilização de melhores materiais de isolamento, plenamente conformes aos princípios da economia circular. A Diretiva Desempenho Energético dos Edifícios visa aumentar a qualidade de vida, melhorando o isolamento, a ventilação e, por conseguinte, o conforto das nossas casas, bem como descarbonizar o parque imobiliário até 2050. Estas medidas permitirão reduzir o custo de vida, favorecendo assim o poder de compra dos cidadãos. Contudo, em primeiro lugar, é necessário encontrar meios para ajudar as pessoas a fazer essa transição.

Outro motor decisivo da transição para uma economia limpa, eficiente em termos de recursos e com impacto neutro no clima é o setor da **mobilidade**, que inclui a mobilidade urbana, as redes transeuropeias e os transportes rodoviários, marítimos e aéreos. Os serviços de mobilidade e transporte empregam cerca de 11 milhões de pessoas, sendo que a procura atual de mobilidade é elevada. Contudo, os meios de transporte atuais são fonte de poluição atmosférica, ruído, congestionamentos e acidentes rodoviários. O setor já representa quase um quarto das emissões de gases com efeito de estufa e a sua pegada ecológica em termos de emissões está a aumentar. A Estratégia Europeia de Mobilidade Hipocarbónica, apresentada pela Comissão em 2016, e as propostas «Europa em Movimento» que se seguiram, preveem várias medidas para melhorar a sustentabilidade do nosso sistema de transportes. Estas medidas visam reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e incitar as empresas da UE a investir em transportes limpos, o que contribuirá para estimular o crescimento e o emprego. Precisamos de dar prioridade a alternativas limpas e acessíveis, tendo em vista a utilização exclusiva de veículos de zero emissões nas estradas da UE, e tirar o melhor partido das tecnologias digitais para ajudar a reduzir o consumo de combustível. Do mesmo modo, os sistemas de navegação por satélite da UE contribuem para reduzir as emissões, por exemplo, nos setores da aviação e do transporte rodoviário.



A quota-parte de **energia proveniente de fontes renováveis nos transportes** quase triplicou em 10 anos atingindo 7,1% em 2016.

Eurostat 2018

As cidades estão na vanguarda da transição para a mobilidade sustentável e têm um papel importante a desempenhar, através de um planeamento urbano sustentável que integre o ordenamento do território e satisfaça a procura de mobilidade e de infraestruturas. As zonas urbanas também deveriam receber assistência no que diz respeito à digitalização, à automatização e a outras soluções inovadoras, promovendo modos de transporte ativos e partilhados, desde deslocações a pé e de bicicleta a serviços de partilha de veículos e cova-turagem.

Além disso, importa analisar a conceção e o fim de vida dos veículos, bem como as infraestruturas de transporte, a fim de aproveitar ao máximo as oportunidades de transição para uma economia circular. Mesmo no fim do seu ciclo de vida, os veículos ainda contêm muitos materiais valiosos. O quadro legislativo da UE sobre os veículos em fim de vida exige que os produtores concebam e fabriquem novos veículos sem substâncias perigosas e de uma forma que facilite a reutilização e a reciclagem dos materiais de um veículo usado para fabricar novos produtos.

Podemos e devemos fazer mais, desde utilizar materiais reciclados em veículos e infraestruturas de transporte até reforçar a eficiência da reciclagem. A título de exemplo, o aumento das taxas de recolha e reciclagem de baterias de automóveis elétricos na UE poderia reduzir a dependência de materiais importados e contribuir para que os materiais de recuperação conservassem o seu valor na economia da UE. Será importante criar incentivos adicionais, tanto regulamentares como financeiros, a fim de tirar o máximo partido do potencial de economia circular no setor dos transportes.

3.1.4 Assegurar uma transição socialmente justa

A solidariedade e a prosperidade são virtudes por si só e constituem o fio condutor das nossas sociedades livres e democráticas. A transição para um crescimento económico e uma competitividade ecologicamente sustentáveis só poderá ter êxito se for inclusiva. Por conseguinte, a evolução para a sustentabilidade passa também por promover os direitos sociais e o bem-estar de todos, contribuindo, por sua vez, para a coesão social nos Estados-Membros e em toda a UE.

A transição para a sustentabilidade pode ter um forte impacto positivo sobre o bem-estar social. Para além de servir de fundamento à criação de empregos dignos, pode também trazer importantes benefícios para a saúde. É amplamente reconhecido que o estado de saúde está estreitamente ligado ao estado do nosso ambiente natural. Os efeitos nocivos da poluição do ar e da água são um bom exemplo deste facto. Os sistemas alimentares sustentáveis podem fornecer alimentos nutritivos de elevada qualidade a todos os cidadãos.

Caixa: A legislação da UE em matéria de produtos químicos contribuiu de forma significativa para garantir um elevado nível de proteção da saúde humana. Nas últimas quatro décadas, a exposição de pessoas e do ambiente a substâncias perigosas diminuiu drasticamente. A

legislação da UE também ajudou a reduzir a exposição a determinados agentes cancerígenos no local de trabalho e, segundo as estimativas, permitiu prevenir cerca de um milhão de novos casos de cancro na UE ao longo dos últimos 20 anos.

Por vezes, criar sinergias e modernizar a nossa economia também exige estabelecer compromissos difíceis. A transição para a sustentabilidade criará novos empregos, mas os empregos tradicionais poderão desaparecer ou sofrer alterações, incluindo em consequência da digitalização e da automatização, o que dará origem a tensões temporárias no mercado de trabalho. A título de exemplo, ainda se desconhece o impacto potencial da inteligência artificial no mercado de trabalho.

Não obstante o facto de um grande número de famílias atravessar dificuldades económicas, a opinião pública está cada vez mais ciente de que temos de mudar a nossa forma de produzir e de consumir. No entanto, as pessoas que auferem rendimentos baixos ou médios podem não só ser mais afetadas por estes desafios como suportar maiores encargos para, por exemplo, renovarem as suas habitações, veículos e competências, por exemplo.

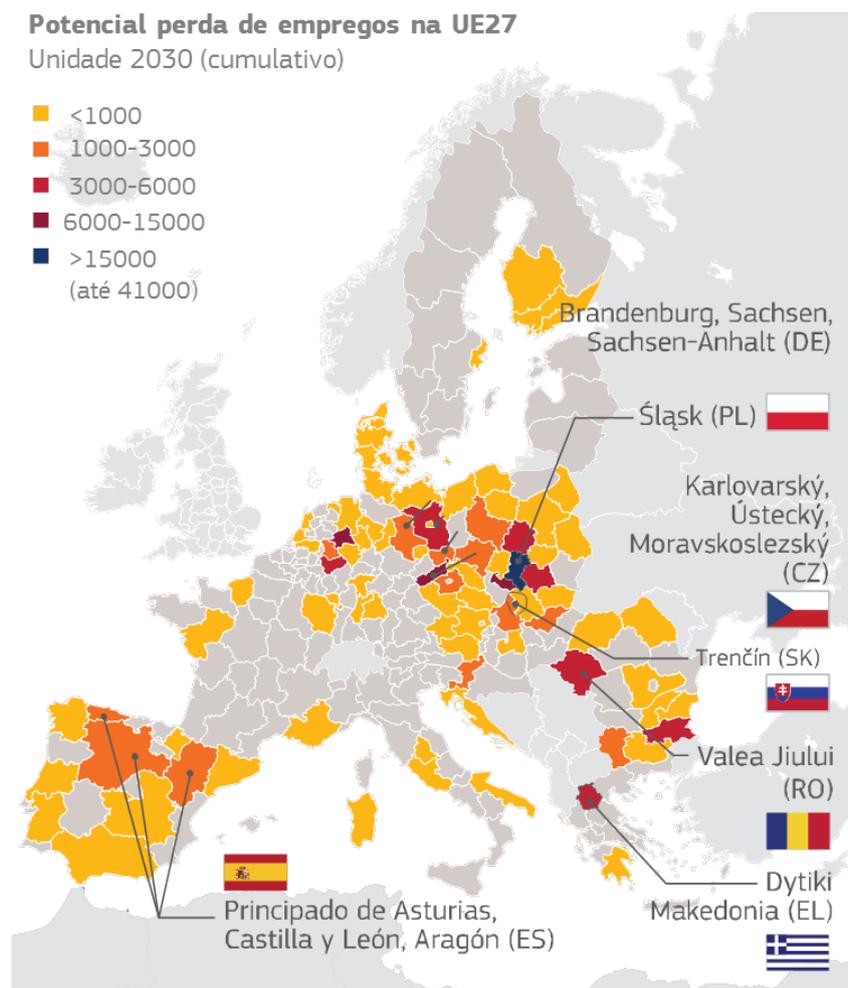
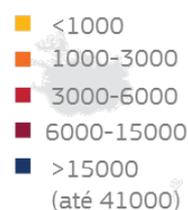
Esta transição terá impacto sobre os trabalhadores das empresas afetadas e, por vezes, sobre regiões inteiras. Um princípio fundamental é não deixar ninguém para trás. A transição para a sustentabilidade não pode ser bem-sucedida se for efetuada em detrimento de pessoas, comunidades, setores ou regiões. Todos os elementos da nossa sociedade deverão ter as mesmas oportunidades de contribuir para um futuro europeu sustentável e beneficiar da transição. Em especial, devemos capacitar as mulheres para a entrada no mercado de trabalho e a procura da independência económica.

Para conseguir dar um rumo sustentável à nossa sociedade, temos de garantir que as nossas políticas facilitam esta mudança para todos os europeus, incluindo ao dotá-los das competências necessárias. A Comissão lançou, por exemplo, a iniciativa para as regiões carboníferas em transição, que ajuda a conceber estratégias e projetos para uma transformação social, económica e tecnológica viável em certas regiões da UE, e que será alargada às regiões com elevada intensidade de emissões de carbono. Estas iniciativas precursoras, que antecipam os desafios ligados à transição, devem ser reforçadas e aplicadas a outros setores em que a transformação é necessária, como é o caso do setor automóvel e de certos setores alimentares.

A UE planeia a transição das regiões carboníferas com muita antecedência

Potencial perda de empregos na UE27

Unidade 2030 (cumulativo)



Fonte: Comissão Europeia (DG JRC, DG REGIO).

Será crucial assegurar uma transição socialmente inclusiva, justa e equitativa a fim de garantir a aceitação pública das medidas necessárias e permitir que a transição seja um sucesso coletivo. Tal implica uma participação mais significativa e justa no mercado de trabalho, colocando a tónica na qualidade do emprego e nas condições de trabalho. Implica também o respeito dos direitos das minorias.

Neste contexto, os fluxos migratórios ordenados, legais e bem geridos podem criar oportunidades para a economia europeia, dando resposta às alterações demográficas, tanto nos países de origem como nos países de destino dos migrantes. A integração e a plena participação na sociedade — seja ela de ordem económica, social ou cultural — de todos os migrantes que residem de forma legítima e legal na UE constitui uma responsabilidade comum e é fundamental para garantir a coesão social⁵².

A transição para a sustentabilidade exige também que se invista em sistemas de proteção social eficazes e integrados, incluindo serviços de qualidade em áreas como o ensino, a formação, a aprendizagem ao longo da vida, as estruturas de acolhimento de crianças, o acolhimento extraescolar, a saúde e os cuidados de longa duração. Tal será essencial para

⁵² COM(2016) 377.

assegurar a igualdade de oportunidades e promover a convergência económica e social. É particularmente necessário assegurar a evolução dos sistemas de saúde para que se tornem acessíveis e economicamente comportáveis por todos, caracterizando-se por um melhor acesso aos medicamentos, uma abordagem mais centrada no paciente e uma forte ênfase na promoção da saúde e na prevenção de doenças. Importa também generalizar e melhorar o planeamento e a previsão das necessidades de mão-de-obra no setor da saúde, bem como recorrer de forma mais frequente a tecnologias digitais eficientes em termos de custos⁵³.

Por conseguinte, o investimento social deve continuar a ser uma das principais prioridades da UE e dos seus Estados-Membros. O documento de reflexão sobre a dimensão social da Europa⁵⁴ serve de ponto de referência importante e analisa em pormenor as diferentes opções de adaptação dos nossos modelos sociais aos desafios que temos pela frente. O principal quadro da UE para avançar nesta direção é o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, proclamado pelas instituições da UE em novembro de 2017. O pilar serve como instrumento orientador de um processo renovado destinado a garantir melhores condições de vida e de trabalho, estabelecendo princípios e direitos fundamentais nas esferas social e laboral. Devemos agora dedicar a nossa energia a pô-lo em prática. Daqui para a frente, devemos também garantir que a implementação do pilar passa por dotar as pessoas das competências certas, permitindo-lhes ocupar empregos orientados para uma transição económica sustentável do ponto de vista ecológico.

A transição para a sustentabilidade deve também continuar a ajudar os Estados-Membros e as regiões a crescer individual e coletivamente, evitando o aumento da injustiça e das desigualdades regionais dentro e entre as zonas urbanas e rurais da UE.

Embora 75 % do território da UE seja rural, as zonas urbanas concentram mais de dois terços da população. Estas últimas geram até 85 % do PIB da UE, representam cerca de 60 a 80 % do consumo de energia e, tipicamente, enfrentam desafios como o congestionamento, a escassez de alojamento adequado, a poluição atmosférica e a degradação das infraestruturas⁵⁵. Devemos continuar a dar prioridade à implementação e ao desenvolvimento da Agenda Urbana da UE, bem como intensificar as sinergias com outras políticas de sustentabilidade e instrumentos.

As zonas rurais são também as principais fornecedoras dos alimentos, da energia e das matérias-primas que consumimos, sendo por isso fundamentais na transição para a sustentabilidade. O exemplo da bioeconomia prova que é possível contribuir de forma significativa para a descarbonização da nossa economia, criando simultaneamente empregos nas zonas rurais. O turismo e os sistemas alimentares sustentáveis também são bons exemplos de oportunidades económicas nas zonas rurais, envolvendo a proteção e a valorização do património cultural e natural.

Por si só, as medidas tomadas pela UE — tais como a política de coesão e a política de desenvolvimento rural, incluindo a ação da UE a favor das aldeias inteligentes — não serão suficientes. Todos os intervenientes, incluindo a nível nacional e regional, terão de cumprir a sua parte por forma a acelerar a transição para a sustentabilidade, aplicando as abordagens regulamentares adequadas, entre outras, para consolidar as zonas rurais e garantir condições de vida equitativas.

⁵³ Em 2017, os cuidados de saúde representaram até 9,6 % do PIB da Europa, pelo que a eficiência nas despesas de saúde e a luta contra os gastos desnecessários é cada vez mais importante.

⁵⁴ COM (2017)206, Documento de reflexão sobre a dimensão social da Europa, 26 de abril de 2017.

⁵⁵ Nações Unidas, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Objetivo 11: Tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis. Disponível em: <https://www.un.org/sustainabledevelopment/cities/>

3.2 Elementos viabilizadores transversais da transição para a sustentabilidade

3.2.1 Educação, ciência, tecnologia, investigação, inovação e digitalização

A educação, a ciência, a tecnologia, a investigação e a inovação constituem um pré-requisito para garantir a sustentabilidade da economia da UE que permita realizar os ODS⁵⁶. Temos de continuar a aumentar a sensibilização para esta questão, a enriquecer os nossos conhecimentos e a aperfeiçoar as nossas competências. Devemos investir mais nestes domínios, orientando-os para a consecução dos ODS.

A educação, a formação e a aprendizagem ao longo da vida são indispensáveis para criarmos uma cultura de sustentabilidade. Os dirigentes da UE acordaram em envidar esforços para se criar, até 2025, um Espaço Europeu da Educação, a fim de tirar partido de todo o potencial da educação, da formação e da cultura enquanto forças motrizes da criação de emprego, do crescimento económico e da justiça social. A educação é tanto uma virtude em si própria como um instrumento determinante para se poder alcançar o desenvolvimento sustentável. Melhorar a igualdade no acesso à educação inclusiva e de alta qualidade, assim como a formação em todas as fases da vida, desde a infância ao ensino superior e à educação de adultos, deve, por conseguinte, ser uma das principais prioridades. Os estabelecimentos de ensino dos diferentes níveis devem ser incentivados a encarar os ODS como orientação para as respetivas atividades, devendo ser ajudados a tornarem-se sítios onde as competências para a sustentabilidade sejam não só ensinadas mas ativamente praticadas. Deve ser promovida a reforma e a modernização dos sistemas de ensino, desde a construção de escolas e cidades universitárias verdes ao desenvolvimento de novas competências para a economia digital.

Reforçar as competências no domínio das TIC e as competências digitais de base, em consonância com o Plano de ação para a educação digital⁵⁷, privilegiando a inteligência artificial⁵⁸, deve ser outra das nossas prioridades. Tirar partido do potencial da transformação digital para atingir os ODS constitui uma prioridade clara. A UE está plenamente empenhada em desenvolver capacidades e conhecimentos quanto às principais tecnologias digitais, como a conectividade, a «internet das coisas», a cibersegurança, a tecnologia de cadeia de blocos (*blockchain*) ou a computação de alto desempenho, não deixando de prestar atenção às potenciais externalidades negativas das infraestruturas digitais.

A inteligência artificial é uma área em que a UE está menos avançada do que a China e os Estados Unidos⁵⁹. A UE tem de recuperar rapidamente esse atraso a fim de colher os benefícios económicos e, simultaneamente, poder influenciar decisivamente a nova ética que deve acompanhar necessariamente esta nova tecnologia. Desta forma, a UE assegurará que a inteligência artificial traz benefícios líquidos para a vida e o trabalho das pessoas. Ao permitir tratar grandes quantidades de dados instantaneamente, a inteligência artificial tem potencial para aumentar significativamente a produtividade em vários domínios, como os cuidados de saúde, a energia, a agricultura, a educação e a proteção do ambiente. Por exemplo, no setor agrícola, os investigadores utilizam atualmente a inteligência artificial e os megadados para

⁵⁶ *The Role of Science, Technology and Innovation Policies to Foster the Implementation of the Sustainable Development Goals, Relatório do grupo de peritos «Follow-up to Rio+20, notably the SDGs».*

⁵⁷ COM(2018) 22 final.

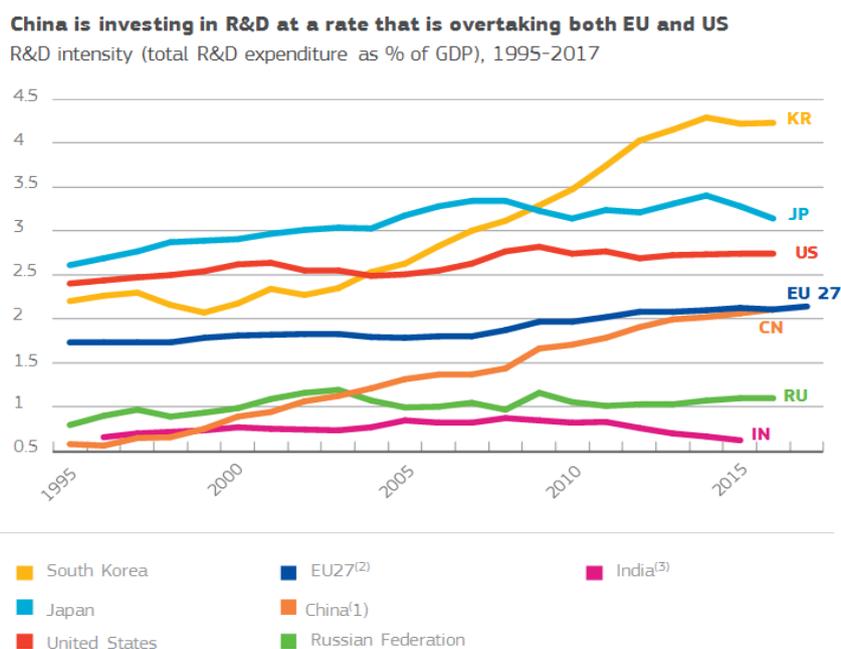
⁵⁸ Em novembro de 2018, a Comissão Europeia criou o Observatório da Inteligência Artificial (AI Watch), com o objetivo de acompanhar os desenvolvimentos neste domínio, tanto na UE como a nível mundial, proporcionando a base analítica necessária para a adoção de novas medidas.

⁵⁹ Comissão Europeia «*USA-China-EU plans for AI: where do we stand?*» janeiro de 2018 Disponível em: https://ec.europa.eu/growth/tools-databases/dem/monitor/sites/default/files/DTM_AI%20USA-China-EU%20plans%20for%20AI%20v5.pdf.

prever o rendimento das culturas vários meses antes das colheitas, ajudando os agricultores a aumentar a produtividade, a tomar decisões mais informadas quanto às culturas e, em última instância, a aumentar a segurança alimentar.⁶⁰

A investigação e a inovação podem desempenhar um papel importante enquanto catalisadores das alterações necessárias. Permitem analisar o impacto dessas alterações e são uma forma de garantir que a transição gera uma melhoria do nosso bem-estar. Permitem-nos igualmente economizar dinheiro. Investir mais hoje na inovação e no desenvolvimento tecnológico ajudar-nos-á, a mais longo prazo, a reduzir os custos de consecução dos nossos objetivos políticos de longo prazo, nomeadamente os decorrentes dos objetivos climáticos e ambientais. A Europa dispõe dos cérebros, das competências e da criatividade inata. Se souber tirar partido do potencial da sua sólida comunidade de investigadores e inovadores, a UE estará em boa posição para assumir a liderança no desenvolvimento e concretização de soluções inovadoras para o crescimento verde e inclusivo, tanto à escala da UE como a nível global.

Contudo, para poder tirar pleno partido desse potencial, os Estados-Membros da UE deverão aumentar os orçamentos que consagram à investigação. Embora a UE tenha chegado a acordo para que, até 2020, 3 % do PIB dos Estados-Membros seja investido em investigação, desenvolvimento e inovação, ainda estamos longe de alcançar esse objetivo.



Source: DG Research and Innovation - Unit for Reforms and Economic Impact - Country intelligence; Data: Eurostat, OECD, UNESCO.
Notes: (1) CN: China does not include Hong Kong. (2) EU27: The UK is not included. (3) IN: Data are not available for 2012, 2013 and 2014. The values were extrapolated by DG RTD.

A nível da UE, os programas-quadro de investigação e inovação são um catalisador da competitividade sustentável, do crescimento e do investimento. Para acelerar a transição para a sustentabilidade, o financiamento da investigação e inovação deve ser complementado com uma abordagem estratégica do investimento, permitindo que cheguem ao mercado soluções inovadoras, dado que estas muitas vezes exigem investimentos de alto risco e de elevada

⁶⁰ Jiaxuan You, Xiaocheng li, melvin low, David B. Lobell, Stefano Ermon, «Sustainability and Artificial Intelligence Lab, Combining Remote Sensing Data and Machine Learning to Predict Crop Yield». Disponível em: <http://sustain.stanford.edu/crop-yield-analysis>

intensidade de capital. Já foram criados alguns instrumentos, nomeadamente o Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos, com o objetivo de reduzir os riscos desse tipo de investimentos, tornando-os mais atrativos para os interessados do setor privado. O Conselho Europeu de Inovação, recentemente proposto, pode ser igualmente útil neste contexto, ajudando os inovadores de topo, as empresas em fase de arranque (*start-ups*), as pequenas empresas e os investigadores envolvidos em projetos inovadores de alto risco a expandirem-se internacionalmente e a beneficiarem do estímulo intelectual recíproco.

A UE e os seus Estados-Membros poderão centrar-se no financiamento de tecnologias inovadoras e revolucionárias, assim como nas empresas inovadoras com potencial para se tornarem líderes na UE e a nível mundial no âmbito da transição para a sustentabilidade, bem como na implantação efetiva e atempada dessas inovações. Deverá ser prestada especial atenção aos sistemas agrícolas alimentares sustentáveis e inovadores, às tecnologias limpas, à saúde humana e animal, às soluções eficientes para os ecossistemas, assim como aos produtos e métodos de produção eficientes do ponto de vista dos recursos. Além disso, será necessário definir um enquadramento normativo favorável, que promova eficazmente a inovação para o desenvolvimento sustentável.

A UE e os seus Estados-Membros devem igualmente promover o estabelecimento de ligações mais fortes entre os investigadores e as empresas. As incubadoras de empresas e os polos de investigação, desenvolvimento e inovação da UE têm um papel importante no apoio ao desenvolvimento sustentável, permitindo aos investigadores e às empresas encontrar-se, proceder ao intercâmbio de boas práticas e promover a inovação. Enquanto as grandes empresas dispõem dos meios necessários para levar a cabo internamente as suas atividades de investigação, tal não sucede muitas vezes com as pequenas e as médias empresas. O estabelecimento de laços mais fortes e de ligações mais estreitas com a comunidade de investigadores pode ajudar a colmatar esta lacuna.

Caixa: Dispondo de 40 polos de inovação em toda a UE, o Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia (EIT) congrega o chamado «triângulo do conhecimento»: empresas, ensino e investigação. Já foram criadas várias **Comunidades de Conhecimento e Inovação (CCI)**, estando previsto que sejam criadas outras mais. Estas comunidades **abordam os grandes desafios sociais da UE relacionados com os ODS**, nomeadamente o clima, a energia, a alimentação, a saúde, as matérias-primas, a sociedade digital, a mobilidade urbana e as tecnologias de fabrico avançadas. Reúnem mais de 1 200 parceiros provenientes de empresas, da investigação e da educação a fim de enfrentar estes desafios.

3.2.2 Financiamento, fixação de preços, fiscalidade e concorrência

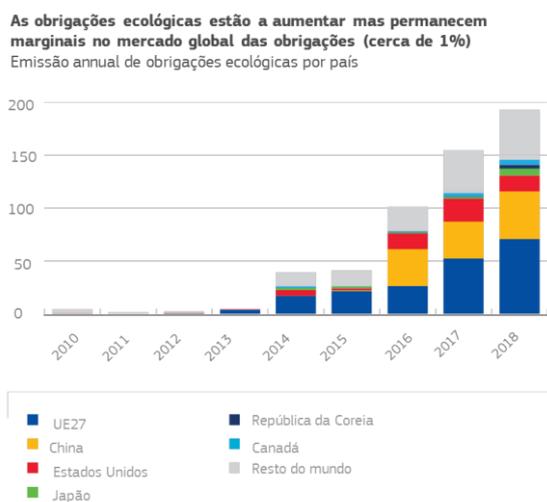
Os custos de não se fazer nada são demasiado elevados a médio e a longo prazo. Simultaneamente, a transição para a sustentabilidade requer investimentos consideráveis a curto prazo, bem como uma alteração radical da forma como o sistema financeiro funciona. Segundo as estimativas, para se atingir os ODS seriam necessários, globalmente, entre 4,5 e 6 biliões de EUR⁶¹. Serão necessários cerca de 180 mil milhões de EUR de investimentos adicionais para se atingir as metas da União para 2030 acordadas em Paris, incluindo uma redução de 40 % nas emissões de gases com efeito de estufa. Embora os recursos públicos devam ser mais bem orientados e de forma mais inteligente para a prossecução dos ODS, não será possível satisfazer as nossas necessidades sem que o setor privado evolua também para a sustentabilidade. A mobilização de recursos financeiros para financiar a transição deve ser

⁶¹ Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento. Disponível em: <http://www.eurasia.undp.org/content/rbec/en/home/blog/2017/7/12/What-kind-of-blender-do-we-need-to-finance-the-SDGs-.html>

combinada com a eliminação progressiva do financiamento de projetos que prejudiquem o crescimento económico verde e inclusivo.

O Plano de Investimento para a Europa visa mobilizar o financiamento privado em prol do bem comum. Lançado em 2015, o respetivo instrumento de financiamento (Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos) permitiu mobilizar até à data 370 mil milhões de EUR de investimento em áreas cruciais para a modernização da economia europeia. Entre essas áreas figuram as energias renováveis, a eficiência energética, a investigação, o desenvolvimento e a inovação, assim como as infraestruturas de carácter social, como a habitação social ou a preços acessíveis. Para o próximo quadro orçamental 2021-2027, a Comissão propôs a duplicação dos recursos orçamentais para o setor social, incluindo o empreendedorismo social, e que apenas sejam financiadas as infraestruturas que se mostrem sustentáveis. O Grupo do Banco Europeu de Investimento é hoje o principal financiador multilateral da luta contra as alterações climáticas, tendo consagrado pelo menos 25 % dos seus investimentos à atenuação das alterações climáticas e à adaptação às mesmas.

Com base nas recomendações formuladas por um grupo de peritos de alto nível, a Comissão definiu igualmente um roteiro para reforçar o papel do financiamento no bom desempenho da economia, contemplando objetivos ambientais e sociais. O Plano de Ação em matéria de Financiamento Sustentável⁶² e as propostas legislativas adotadas na sua sequência ajudarão os investidores a tomar decisões de investimento bem fundamentadas, com base em critérios claros quanto à sustentabilidade dos mesmos. Isto deverá facilitar a acelerar e intensificar os investimentos em projetos sustentáveis, tanto na UE como à escala mundial, assim como incentivar os investidores a preferir os investimentos que se mostrem insustentáveis.



Fonte: Banco Mundial, Bloomberg

Importa prestar maior atenção à ligação entre o financiamento sustentável e a economia real, de modo a que ao aumento da procura de produtos e serviços sustentáveis pelos investidores corresponda um aumento da oferta. Neste contexto, é essencial uma fixação rigorosa do custo das externalidades. Devem também ser envidados novos esforços para informar os cidadãos europeus quanto ao sistema de financiamento, para que tenham maior consciência sobre as atividades empresariais que financiam e possam responsabilizar os gestores de fundos quando o seu dinheiro não seja gerido de forma sustentável.

⁶² Plano de Ação em matéria de Financiamento Sustentável. Disponível em: https://ec.europa.eu/info/publications/180524-proposal-sustainable-finance_en.

A UE tem vindo a impor uma importante reorientação do sistema financeiro para uma trajetória sustentável, nomeadamente:

- ✓ **Estabelecendo uma linguagem comum:** criando um sistema de classificação («taxonomia») comum a toda a UE a fim de definir quais as atividades económicas que são sustentáveis e identificar áreas onde o investimento sustentável possa ter maior impacto.
- ✓ **Reduzindo os riscos de ecobranqueamento (*greenwashing*):** criando normas e rótulos para os produtos financeiros verdes que permitam aos investidores identificar facilmente os investimentos que satisfazem os critérios ecológicos ou de baixo teor de carbono.
- ✓ **Incorporando a sustentabilidade na consultoria sobre investimentos:** exigindo às firmas de investimento e de seguros que aconselhem os respetivos clientes em função das suas preferências em matéria de sustentabilidade.
- ✓ **Definindo parâmetros de sustentabilidade e promovendo a sua transparência.**
- ✓ **Clarificando as obrigações dos investidores institucionais e dos gestores de ativos** assegurando que têm em conta a sustentabilidade no âmbito do processo de tomada de decisões de investimento, reforçando os requisitos de divulgação.
- ✓ **Reforçando a transparência das demonstrações financeiras:** revendo as orientações quanto à divulgação de informações não financeiras.
- ✓ **Incorporando a sustentabilidade nos requisitos prudenciais:** incluindo um «fator de apoio ecológico» sempre que tal se justifique do ponto de vista do risco para salvaguardar a estabilidade financeira.

A fim de salvaguardar a capacidade financeira das autoridades públicas para investir na transição para a sustentabilidade, é necessário tomar medidas para assegurar uma reforma orçamental sustentável a todos os níveis. Importa reforçar a luta contra a evasão fiscal e a elisão fiscal por parte das empresas. Importa igualmente assegurar a cooperação transnacional para resolver o problema dos paraísos fiscais que lesam a matéria coletável da UE ou dos países em desenvolvimento.

Mais importante ainda, os sistemas fiscais e de fixação dos preços da UE devem ser concebidos de modo a refletir os custos reais, a enfrentar as principais questões sociais e ambientais e a incentivar uma mudança comportamental em todas as áreas da economia. A concorrência sustentável depende de os preços refletirem devidamente os custos reais da produção e utilização (internalização das externalidades)⁶³.

As entidades reguladoras, as empresas e a sociedade civil devem trabalhar em conjunto para criar condições de equidade, em consonância com os ODS, promovendo um tipo de desenvolvimento que permita que os produtos e serviços que são sustentáveis passem a ser igualmente os mais atrativos.

Isto implica a introdução de alterações nos regimes fiscais, de modo a que os Estados-Membros possam reduzir a carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho e aumentar os impostos sobre o capital, a poluição, os recursos subvalorizados e outras externalidades ambientais⁶⁴. Importa fazer aplicar os princípios do «utilizador-pagador» e do «poluidor-pagador», de modo a prevenir e corrigir a deterioração ambiental, evitando que o ónus recaia sobre os contribuintes. Hoje em dia, as receitas fiscais provenientes do trabalho na UE

⁶³ Business and Sustainable Development Commission, «*Better Business Better World, The report of the Business & Sustainable Development Commission*», janeiro de 2017.

⁶⁴ Business and Sustainable Development Commission, «*Better Business Better World, The report of the Business & Sustainable Development Commission*», janeiro de 2017.

continuam a ser oito vezes superiores aos gerados pelos impostos ambientais. Ao longo dos anos, só um pequeno número de Estados-Membros conseguiu reduzir a parte dos impostos sobre os rendimentos laborais a fim de aumentar a parte dos impostos ambientais.

94%



Quase todos os europeus concordam que os grandes poluidores devem reparar os danos ambientais que causam.

Eurobarómetro «Atitudes face ao ambiente» 2017

Os custos externos dos transportes são demasiado elevados na UE

A Comissão Europeia está a realizar um estudo sobre a internalização dos custos externos relativamente a todos os modos de transporte, abrangendo os congestionamentos, os acidentes, as emissões de CO₂, o ruído, a poluição atmosférica, a deterioração dos habitats, comparando-os com o que é efetivamente pago pelos utilizadores. O objetivo é avaliar em que medida os princípios do «utilizador-pagador» e do «poluidor-pagador» estão a ser aplicados na UE e identificar alternativas para reforçar a internalização das externalidades negativas. Segundo os resultados preliminares do estudo, o nível global dos custos externos dos transportes nos Estados-Membros da UE foi estimado em cerca de um bilião de EUR anuais, o que equivale a cerca de 7 % do PIB. As conclusões deste estudo, que deverá estar terminado em meados de 2019, darão um importante contributo para o debate quanto ao futuro da política de transportes da UE.

Importa igualmente garantir que a transição é justa do ponto de vista social, que os seus custos são equitativamente repartidos entre os contribuintes e que cada pessoa paga a parte que lhe compete. As alterações fiscais que se mostram necessárias e a eliminação dos incentivos fiscais contraproducentes, como os subsídios aos combustíveis fósseis, podem ter efeitos regressivos e afetar mais gravemente as populações mais pobres. Os responsáveis políticos devem, por conseguinte, mobilizar todos os instrumentos ao seu dispor e - para além de adotarem medidas ativas em prol do mercado laboral, da educação e da formação - assegurar que a transição é acompanhada de medidas que tornem mais progressivos os sistemas fiscais e a combinação de receitas fiscais, tendo em conta os grupos mais vulneráveis⁶⁵.

Quando avançar, a fiscalidade harmonizada sobre as externalidades ambientais e sociais negativas no mercado único da UE dará igualmente um contributo importante para que a UE possa evoluir para uma economia mais sustentável e eficiente, que assegure condições equitativas às empresas⁶⁶. A título de exemplo, o atual quadro jurídico da UE para a tributação da energia ainda contraria as metas ambientais e climáticas definidas⁶⁷, prejudicando os objetivos estratégicos acordados. Abandonar a votação por unanimidade no

⁶⁵ *Tax Policies in the European Union: 2018 Survey*. Disponível em:

https://ec.europa.eu/taxation_customs/business/company-tax/tax-good-governance/european-semester/tax-policies-european-union-survey_en. Em dezembro de 2018, a Comissão lançou um estudo sobre as grandes tendências (alterações climáticas, digitalização, envelhecimento demográfico, etc.) e o seu impacto nas economias da UE, nomeadamente na sustentabilidade dos regimes fiscais.

⁶⁶ COM(2019) 8 final.

⁶⁷ COM(2019) 8 final.

Conselho, em consonância com a comunicação da Comissão intitulada «Rumo a um processo de decisão mais eficaz e mais democrático no âmbito da política fiscal da UE»⁶⁸, é uma condição necessária para concretizar a mudança.

Além disso, a concorrência é um elemento importante da combinação global de políticas e da transição para a sustentabilidade. A política de concorrência contribui para a «democracia económica» e a igualdade. Permite a existência de preços acessíveis, de uma escolha diversificada e de maior qualidade, reduzindo o poder económico das empresas já bem instaladas e cujo poder não assenta no mérito. Os dados disponíveis⁶⁹ mostram que a política da concorrência favorece as famílias mais pobres em relação às mais ricas, gerando uma afetação mais eficaz dos recursos e promovendo a inovação, nomeadamente na fronteira tecnológica.

Caixa: A política da UE em matéria de auxílios estatais tem sido orientada para a sustentabilidade, nomeadamente desde a sua modernização nos últimos anos. 94 % dos auxílios estatais globais concedidos na UE foram orientados para objetivos transversais de interesse comum, como a proteção do ambiente, a investigação, o desenvolvimento, a inovação e o desenvolvimento regional. 54 % das despesas globais foram consagradas ao apoio ao ambiente e à poupança de energia⁷⁰.

3.2.3 Comportamentos empresariais responsáveis, responsabilidade social das empresas e novos modelos de negócio

As empresas podem desempenhar um papel fundamental na transição para a sustentabilidade. Nas últimas décadas, quer a título voluntário quer por incentivo das autoridades públicas, um número crescente de empresas fizeram da responsabilidade social e ambiental um elemento fundamental dos respetivos objetivos empresariais. Cada vez mais empresas encaram os ODS como parte integrante da sua estratégia de crescimento e da sua competitividade. Aperceberam-se de que o comportamento empresarial responsável pode gerar lucros e crescimento mais sustentável, novas oportunidades de mercado e valor a mais longo prazo para os respetivos acionistas.



Em 2017, **78%** das principais empresas do mundo incluíram a responsabilidade social corporativa nos seus relatórios anuais.

KPMG Survey of Corporate Responsibility Reporting 2017 «The Road Ahead»

Dada a globalização e a complexidade crescente das cadeias de abastecimento, importa promover igualmente a adoção pelos países terceiros de normas rigorosas em matéria de sustentabilidade. As práticas empresariais, os padrões de consumo e de produção das

⁶⁸ COM(2019) 8 final.

⁶⁹ Dierx, Adriaan, Ilzkovitz, Pataracchia, Ratto, Thum-Thysen and Varga (2017), «Does EU competition policy support inclusive growth?», Journal of Competition Law & Economics, Vol. 13, n.º 2; OCDE Factsheet on how competition policy affects macro-economic outcomes (outubro de 2014); Fabienne Ilzkovitz e Adriaan Dierx, «Ex-post economic evaluation of competition policy enforcement: A review of the literature», Direção-Geral da Concorrência, junho de 2015.

⁷⁰ http://ec.europa.eu/competition/state_aid/scoreboard/index_en.html

empresas e dos consumidores da UE não devem contribuir indiretamente para a violação dos direitos humanos ou a deterioração do meio ambiente noutras regiões do mundo.

Nos últimos dois anos, a UE reforçou os direitos dos acionistas⁷¹ e investidores⁷², ajudando-os a compreender os aspetos financeiros e não financeiros do desempenho das empresas e permitindo-lhes responsabilizá-las mais eficazmente. A UE também adotou novos critérios ambientais e sociais na sua legislação sobre a contratação pública, a fim de incentivar as empresas a desenvolverem produtos e serviços mais responsáveis do ponto de vista social. A UE adotou o regulamento relativo aos minerais provenientes de zonas de conflito⁷³, a fim de assegurar que as empresas da UE só importam determinados metais e minerais que provenham de fontes responsáveis que não utilizam os seus lucros para financiar conflitos armados. Neste contexto, é igualmente pertinente o Plano de Ação em matéria de Financiamento Sustentável, recentemente adotado, uma vez que associa o sistema financeiro a projetos mais sustentáveis⁷⁴.

Existe, contudo, muito espaço para se fazer mais a todos os níveis. A nível da UE, podem ser envidados mais esforços para identificar medidas adequadas e concretas para que sejam adotadas práticas empresariais mais sustentáveis, que permitam atingir melhores resultados e reforçar a vantagem competitiva das empresas da UE nesta área. Temos de refletir sobre novas formas de incentivar as empresas a integrarem os ODS nas respetivas operações e, nomeadamente, explorar o potencial das tecnologias emergentes e da economia circular. Tanto na sua ação interna como externa, a UE deve continuar a promover o cumprimento dos princípios e orientações acordados internacionalmente em matéria de conduta empresarial responsável, nomeadamente os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos. Esta questão é igualmente importante a fim de assegurar condições de concorrência equitativas a nível internacional.

Olhando para o futuro, a economia colaborativa, que permite aos consumidores entenderem-se diretamente entre si, pode dar um importante contributo para o crescimento sustentável e para o surgimento de modelos empresariais mais sustentáveis, desde que estes sejam devidamente incentivados e aplicados de uma forma responsável. Hoje em dia, a grande diversidade das respostas normativas existente na UE cria alguma incerteza tanto para os operadores tradicionais, como para os novos prestadores de serviços e consumidores, travando o crescimento da economia colaborativa na UE e os serviços inovadores que lhe estão associados.

O empreendedorismo social – com o objetivo de resolver problemas concretos das comunidades locais – pode desempenhar um papel importante na resposta aos desafios da sustentabilidade, promovendo simultaneamente o crescimento inclusivo, a criação de emprego a nível local, a prosperidade partilhada e a inclusão social. Atualmente, as empresas de vocação social tendem a concentrar-se em determinados nichos – nomeadamente à escala

⁷¹ Diretiva 2017/828 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de maio de 2017, que altera a Diretiva 2007/36/CE no que se refere aos incentivos ao envolvimento dos acionistas a longo prazo (Texto relevante para efeitos do EEE)

⁷² Diretiva 2014/95/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de outubro de 2014, que altera a Diretiva 2013/34/UE no que se refere à divulgação de informações não financeiras e de informações sobre a diversidade por parte de certas grandes empresas e grupos (Texto relevante para efeitos do EEE)

⁷³ Regulamento (UE) 2017/821 relativo aos minerais provenientes de zonas de conflito.

⁷⁴ https://ec.europa.eu/info/publications/180524-proposal-sustainable-finance_en#investment. Uma visão mais exaustiva dos recentes progressos efetuados pela UE quanto à responsabilidade social das empresas e ao comportamento responsável das mesmas (RSE/CER), assim como quanto às empresas e os direitos humanos, será apresentada no início de 2019 no quadro das Jornadas Europeias da Indústria.

local – e sentem muitas dificuldades para ganharem dimensão no contexto da UE. O financiamento continua a ser um obstáculo importante, razão pela qual a UE decidiu consagrar mais financiamento às empresas deste tipo. Tal como sucede com a economia colaborativa, a complexidade ou inexistência do quadro normativo, assim como as restrições impostas a nível local, podem constituir igualmente um obstáculo. Em França, por exemplo, o quadro normativo específico, criado em 2014, reconheceu as especificidades do setor e veio dar um novo impulso a estas empresas.

3.2.4 Comércio aberto e assente em normas

O comércio aberto e assente em normas é um dos melhores instrumentos para aumentar a nossa prosperidade e a dos nossos parceiros, melhorar o nosso nível de vida e assegurar a sustentabilidade do planeta e das nossas democracias. Se queremos ter êxito na construção de uma Europa sustentável e inserida num mundo igualmente sustentável, devemos utilizar as nossas instituições multilaterais, assim como os acordos comerciais bilaterais e multilaterais, para influenciar as normas à escala mundial.

As tendências protecionistas e as atitudes do tipo «o meu país primeiro» são propensas a provocar conflitos. Além disso, constituem um grande obstáculo à construção de um planeta sustentável, tradicionalmente um objetivo que requer cooperação internacional. Por várias razões, é do interesse vital da UE apoiar e sustentar determinadamente o sistema multilateral.

No contexto da transição para a sustentabilidade, devemos cooperar ainda mais ativamente com os nossos parceiros que partilham as nossas ideias, a fim de negociar novas normas progressivas que tenham em conta a Agenda 2030 das Nações Unidas. Esta última reconhece o papel decisivo do sistema multilateral de comércio assente em normas para a consecução dos ODS, devendo a Organização Mundial do Comércio (OMC) desempenhar um papel fulcral neste contexto. Os esforços construtivos que estão a ser envidados pela UE para modernizar a OMC assumem, por conseguinte, uma importância crucial.

O facto de uma superpotência atual renunciar a acordos de comércio internacional pode gerar novas oportunidades para a UE. Dispondo do mercado interno mais desenvolvido do mundo e de quase 500 milhões de consumidores, a União pode tirar partido das oportunidades que outros menosprezaram e, de facto, tem vindo a fazê-lo. Além disso, tem colocado o comércio numa via mais sustentável. Todos os novos acordos comerciais e de investimento celebrados pela UE passaram a incluir um capítulo sobre desenvolvimento sustentável que visa defender e promover as normas sociais e ambientais. O acordo de parceria económica assinado com o Japão em julho de 2018 foi o primeiro acordo a consagrar os compromissos assumidos no âmbito do Acordo de Paris sobre as Alterações Climáticas. Em setembro de 2018, a UE e o Canadá acordaram em colaborar em matéria de comércio e alterações climáticas no âmbito do Acordo Económico e Comercial Global (CETA). A UE tem estado a negociar disposições especificamente relacionadas com as questões de género, a fim modernizar o acordo de associação com o Chile.

Caixa: A Comissão Juncker já adotou ou começou a aplicar oito acordos comerciais com 15 países, nomeadamente Canadá, Ucrânia, Singapura, Vietname, Japão e vários países de África e do Pacífico⁷⁵. A UE tem atualmente 39 acordos comerciais em vigor com 70 países de todo o mundo. As disposições em matéria de comércio e desenvolvimento sustentável têm estado no cerne dos acordos de comércio livre concluídos pela UE desde 2010.

⁷⁵ Camarões, Costa do Marfim, Gana e os países da SADC que subscreveram o Acordo de Parceria Económica: Botswana, Lesoto, Moçambique, Namíbia, África do Sul e Suazilândia.

A Comissão propôs 15 pontos para melhorar a aplicação e a execução coerciva dos capítulos sobre comércio e desenvolvimento sustentável contidos nos acordos comerciais da UE⁷⁶. Foi colocada a tónica no aprofundamento da cooperação com os diferentes intervenientes, na maior eficácia da aplicação coerciva, incluindo uma utilização mais assertiva dos capítulos sobre a sustentabilidade no âmbito do mecanismo de resolução de litígios, e na melhor comunicação e transparência.

No âmbito dos esforços de apoio aos países em desenvolvimento, a UE concede preferências comerciais unilaterais ao abrigo do Sistema de Preferências Generalizadas. Essas preferências estão sujeitas à condição de os países beneficiários cumprirem as principais convenções e acordos internacionais sobre direitos humanos e laborais, proteção do ambiente e boa governação, criando assim um incentivo a que estes países adotem modelos de crescimento económico sustentáveis. Em caso de violação grave e sistemática dos princípios consagrados nas convenções, a Comissão pode suspender temporariamente as preferências concedidas.

3.2.5 Governação e coerência estratégica a todos os níveis

A mudança para uma situação verdadeiramente sustentável que beneficie todos os europeus através da consecução dos ODS requer uma abordagem global. A UE, os Estados-Membros e os nossos parceiros devem ter em conta as interligações existentes entre os diferentes desafios e oportunidades suscitados pela sustentabilidade, assegurando a coerência entre os diferentes domínios, setores e níveis de tomada de decisão estratégicos.

Todas as partes interessadas devem apoiar e desempenhar um papel ativo na transição para a sustentabilidade



O respeito pelo Estado de direito, pela democracia e pelos direitos fundamentais constitui a «nossa identidade». Estes princípios e valores, consagrados nos Tratados da UE, são inegociáveis pois constituem as fundações com base nas quais construímos o futuro. Foram também integrados da Agenda 2030 das Nações Unidas e nos ODS. O mesmo é válido para os princípios da paz, da justiça e da solidez das instituições, que a UE sempre defendeu de forma determinada. Estes princípios e valores comuns não têm um efeito autoexecutório, pelo que a UE, os seus Estados-Membros e, na realidade, todos os cidadãos europeus, devem preservá-los, defendê-los e reforçá-los. Os parceiros sociais podem dar um contributo importante. Esta parceria deve ser mantida e aprofundada a fim de assegurar uma governação eficaz e a coerência estratégica adequada.

⁷⁶ Documento informal dos serviços da Comissão. Disponível em: http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2018/february/tradoc_156618.pdf.

Para além dos princípios de base, é essencial assegurar a coerência estratégica entre os diferentes níveis, com base no planeamento, em políticas assentes em dados concretos, na inclusividade, na eficácia, no respeito dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade, na avaliação dos resultados e no acompanhamento. Será também crucial «Legislar Melhor» e assegurar uma melhor governação a todos os níveis. Será ainda necessário proceder a avaliações de impacto exaustivas de todas as opções estratégicas e encontrar soluções de compromisso entre os objetivos económicos, sociais e ambientais. As lacunas na execução que possam prejudicar a coerência da estratégia para a sustentabilidade devem ser supridas de uma forma eficaz e estrutural.

Os ODS foram concebidos de forma a serem indivisíveis, abrangendo a maior parte deles vários domínios de intervenção. Consequentemente, o aprofundamento da cooperação entre as administrações deve ser acompanhado de uma maior coerência entre os diferentes domínios de intervenção. A alimentação, a energia e a gestão dos recursos hídricos estão fortemente inter-relacionadas. O mesmo sucede, nomeadamente, quanto ao transporte, à qualidade do ar e à saúde. Uma tal abordagem, denominada de «correlação», requer a existência de projetos multissetoriais a todos os níveis que abordem as interligações existentes entre os vários ODS. A Comissão Europeia tem vindo a seguir esta abordagem, tendo adotado um método de trabalho interno que permite superar a compartimentação entre os Comissários e o pessoal da Comissão.

A coerência estratégica não se aplica apenas a nível interno, devendo ser igualmente aplicada no que se refere ao impacto das políticas internas na dimensão externa e vice-versa. Temos de garantir que não iremos exportar a nossa pegada ecológica ou criar pobreza, desigualdade e instabilidade noutras regiões do mundo. Enquanto europeus, temos clara consciência de que os impactos negativos noutras locais terão, por seu turno, um efeito de ricochete na nossa própria economia e na nossa própria sociedade, por exemplo, em virtude do agravamento das causas da migração. A UE está empenhada em assegurar a coerência das políticas para o desenvolvimento, garantindo que o impacto das estratégias internas da UE para os países em desenvolvimento é sistematicamente tido em consideração. Foram integrados métodos de monitorização adequados no acompanhamento global pela Comissão da Agenda 2030 das Nações Unidas⁷⁷.

As políticas com êxito definem objetivos claros e mensuráveis, de modo a que os progressos possam ser acompanhados e os seus resultados divulgados junto do público. Enquanto nova etapa a nível da UE, deveríamos chegar a um acordo sobre esses objetivos e sobre um sistema de monitorização. O Conselho Europeu congratulou-se com a intenção da Comissão de publicar o presente documento de reflexão a fim de abrir caminho a uma estratégia de aplicação abrangente durante o corrente ano da Agenda 2030 das Nações Unidas, que poderia incorporar este exercício.

A consecução dos ODS exige igualmente uma cooperação eficaz a nível da UE e das autoridades nacionais, regionais e locais. As recomendações formuladas na comunicação da Comissão «Os princípios da subsidiariedade e proporcionalidade: reforçar o seu papel no processo de elaboração de políticas da UE», publicada na sequência do Grupo de Trabalho Subsidiariedade, Proporcionalidade e «Fazer menos com maior eficiência» permitiram definir

⁷⁷ Os progressos são descritos no relatório da UE de 2019 sobre a coerência das políticas para o desenvolvimento, publicado conjuntamente com o presente documento de reflexão: documento de trabalho dos serviços da Comissão SEC(2019) 20.

um roteiro para atingir este objetivo⁷⁸. A Comissão e outros organismos da UE poderiam, nomeadamente, facilitar o intercâmbio de boas práticas entre as cidades e regiões, bem como definir os parâmetros para uma abordagem territorial transnacional para se atingir os ODS.

A sociedade civil, o setor privado e as universidades devem, evidentemente, ser integrados neste diálogo e nas medidas de execução. A plataforma multilateral de alto nível para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, criada pela Comissão Europeia em 2017⁷⁹, tem proporcionado uma boa oportunidade para reunir algumas ideias transversais. O contributo desta plataforma tem sido essencial para o trabalho da Comissão e acompanha o presente documento de reflexão. O grupo de peritos de alto nível em financiamento sustentável constitui outro exemplo positivo da cooperação intersetorial, que foi fundamental para preparar o Plano de Ação da Comissão em matéria de Financiamento Sustentável.

Para fazer face a desafios complexos, envolvendo uma vasta gama de interesses concorrentes, podem ser promovidas parcerias entre os diferentes interessados, a fim de abordar a interdependência entre os diferentes ODS.

No outro extremo, a abordagem de governação a vários níveis implica que os esforços da UE sejam bem articulados no plano da governação mundial. Para atingir os ODS haverá que superar muitos desafios que não conhecem fronteiras. É, por conseguinte, necessário adotar uma orientação «mais virada para o exterior», em estreita cooperação com os parceiros da UE de todo o mundo e de todos os níveis. No quadro das Nações Unidas, o Fórum Político de Alto Nível desempenha um papel crucial, nomeadamente para acompanhar os progressos realizados. Enquanto defensora incansável do multilateralismo, a UE pode assumir a liderança para garantir uma comunicação adequada sobre os progressos realizados para atingir os ODS, insistindo na implementação e no controlo rigorosos por todos os parceiros.

4 A UE enquanto pioneira do desenvolvimento sustentável a nível mundial

A UE e as Nações Unidas são parceiros naturais nos esforços para criar um mundo melhor e mais seguro para todos. Não precisamos de novos muros mas sim de normas globais que sejam cumpridas por todos. O sistema assente em normas é a melhor forma de assegurar a sustentabilidade da nossa economia e da nossa sociedade. Só a diplomacia multilateral pode encontrar soluções para os problemas internacionais. A estratégia global para a política externa e de segurança da UE reconhece a importância dos ODS enquanto prioridade transversal, sendo necessário que a UE e os Estados-Membros envidem esforços concertados nas suas relações com o resto do mundo.

Com o ressurgimento global dos conflitos violentos, nomeadamente nos últimos cinco anos, fomos novamente lembrados de que a paz e a segurança na UE dependem igualmente da capacidade da UE para contribuir para o estabelecimento e a manutenção da paz noutras regiões do mundo. A experiência já adquirida pela UE em estabelecer a paz dentro do seu

⁷⁸ COM(2018) 703 final. Disponível em: https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/communication-principles-subsidiarity-proportionality-strengthening-role-policymaking_en.pdf and https://ec.europa.eu/commission/priorities/democratic-change/better-regulation/task-force-subsidiarity-proportionality-and-doing-less-more-efficiently_en.

⁷⁹ Disponível em: https://ec.europa.eu/info/strategy/international-strategies/global-topics/sustainable-development-goals/multi-stakeholder-platform-sdgs_en.

território confere-lhe capacidade de influência e credibilidade enquanto interveniente à escala mundial para assegurar uma paz sustentável e prosperidade.

A UE deve continuar igualmente a partilhar soluções sustentáveis para os problemas globais pois, se outros adotarem políticas antagónicas, as nossas políticas terão um impacto limitado sobre o planeta. Ao ajudar e incentivar os outros a seguir as suas ações, a UE contribui para criar condições equitativas em que todos desfrutem das mesmas condições de concorrência. Além disso, a partilha com outros países das soluções encontradas pela UE permite criar novos postos de trabalho e assegurar um crescimento mais sustentável, não só nos países parceiros como também dentro da própria UE.

Em última análise, para sermos bem-sucedidos na transição para uma economia verde e inclusiva, teremos de convencer os nossos parceiros mundiais a participar igualmente, mostrando-lhes que o modelo global de desenvolvimento sustentável, assente nos nossos valores e princípios fundamentais, é a melhor forma de assegurar a prosperidade partilhada e um mundo sustentável. Os esforços envidados internamente pela UE quanto aos ODS e a sua projeção externa são, por conseguinte, duas faces da mesma moeda. É do interesse da UE desempenhar, também a nível global, um papel de liderança na execução da Agenda 2030 das Nações Unidas, através da sua ação externa.

A UE e os seus Estados-Membros são o principal doador mundial de ajuda ao desenvolvimento e de ajuda humanitária. A UE assumiu coletivamente o compromisso de aumentar o seu contributo para a ajuda pública ao desenvolvimento para, pelo menos, 0,7 % do rendimento nacional bruto anual da UE. Assegurando a cooperação com 150 países em todo o mundo, a cooperação para o desenvolvimento da UE é, simultaneamente, uma forma de retirar as pessoas da pobreza, garantindo a dignidade e a igualdade, mas também de criar sociedades pacíficas, justas e inclusivas. A natureza prolongada das crises requer que a UE prossiga os seus esforços concertados para abordar simultaneamente as necessidades humanitárias e combater as causas mais profundas da pobreza, das pessoas deslocadas, da fragilidade e da instabilidade.

O novo Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento orienta explicitamente a ação da UE para a execução da Agenda 2030 das Nações Unidas, com o principal objetivo de erradicar a pobreza. Um dos seus principais pontos fortes é o facto de ser um compromisso conjunto da UE e de todos os seus Estados-Membros no sentido de serem envidados esforços em comum, incluindo através de uma maior programação conjunta e de uma coordenação mais eficaz no terreno. Esta nova orientação deve ser aperfeiçoada pelo futuro instrumento de financiamento externo da UE, expressamente concebido para apoiar a consecução dos ODS.

Iremos prosseguir o nosso envolvimento ativo junto dos países parceiros através dos diálogos sobre as políticas, com base nos ODS, juntamente com a assistência financeira e a cooperação para o desenvolvimento. A nova parceria da UE com os países de África, das Caraíbas e do Pacífico, que irá dar seguimento ao atual Acordo de Cotonu, deverá permitir uma maior prosperidade através do cumprimento dos ODS. Quando finalmente se avançar, construir uma parceria forte e cooperar com África em pé de igualdade deverá assumir importância particular para a UE e para os Estados-Membros. A UE tem um forte interesse no continente africano, o qual poderá prosperar económica e politicamente, criando maiores oportunidades de crescimento e de emprego local, novos modelos de negócio e relações comerciais reciprocamente vantajosas com a Europa. Paralelamente, o compromisso assumido pela UE

em relação aos países em desenvolvimento mais avançados quanto a uma grande diversidade de setores poderá ter um impacto considerável no desenvolvimento sustentável global.

Assegurar o pleno envolvimento do setor privado e promover o investimento sustentável também para além das fronteiras da UE continuará a ser uma prioridade. O Plano Europeu de Investimento Externo criou novos padrões na forma como os fundos públicos são utilizados para multiplicar os investimentos privados no desenvolvimento sustentável de países parceiros – a começar por África e pela vizinhança da UE⁸⁰. A nova Aliança África–Europa para Investimentos e Empregos Sustentáveis, lançada em setembro de 2018, tem um grande potencial para desbloquear investimentos sustentáveis, com a perspetiva de criar até 10 milhões de postos de trabalho em África só nos próximos cinco anos.

Uma vez que os países em desenvolvimento sentem sérias dificuldades em aceder a financiamento adequado para as suas necessidades em termos de infraestruturas sustentáveis e de eficiência energética, o caráter global dos mercados financeiros poderá desempenhar um papel importante no apoio a todos os países no âmbito da sua transição para satisfazerem as necessidades locais com fontes de financiamento globais. Assegurar a harmonização dos instrumentos e das iniciativas de financiamento sustentável entre as diferentes jurisdições permitiria assegurar mercados compatíveis para ativos financeiros sustentáveis a nível transnacional, garantindo economias de escala e prevenindo a fragmentação. Esta medida traria oportunidades de investimento únicas para as empresas e o setor financeiro a nível mundial.

A UE quer estar na vanguarda da coordenação dos esforços internacionais envidados para criar um sistema financeiro que apoie o crescimento sustentável a nível mundial. Para aprofundar a cooperação e explorar sinergias, seria oportuno criar uma rede internacional de jurisdições, tanto dos países desenvolvidos como dos em desenvolvimento, empenhadas em promover o financiamento sustentável. Uma arquitetura e uma estratégia internacionais coerentes, que mobilizem os esforços de instituições, como o Grupo do Banco Mundial, a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos, o Banco Europeu de Investimento e o Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento, contribuiriam para reforçar o financiamento sustentável e mobilizar investidores internacionais para investimentos sustentáveis em todo o mundo. Novas tecnologias e soluções de financiamento inovadoras oferecem novas oportunidades para associar investidores globais a projetos sustentáveis.

As alterações climáticas e a deterioração do ambiente representam uma ameaça cada vez maior para a paz e a segurança mundiais. Sem uma intervenção determinada poderão tornar-se uma fonte ainda maior de riscos globais, incluindo de deslocações forçadas e de migração. A UE deve também assumir a liderança, nomeadamente na aplicação rigorosa do Acordo de Paris sobre as Alterações Climáticas, e na prossecução dos esforços internacionais para descarbonizar o setor dos transportes. A UE poderia igualmente lançar o processo de negociação de acordos globais vinculativos nos domínios da economia circular, da exploração dos recursos e da biodiversidade.

Se formos os primeiros a efetuar a transição para uma economia verde e inclusiva, juntamente com um forte incentivo quanto à adoção de normas internacionais, estaremos em posição de

⁸⁰ Com mais de 37 mil milhões de EUR mobilizados desde a sua conceção, em setembro de 2017, esta iniciativa está bem encaminhada para atingir o objetivo de 44 mil milhões de EUR de investimentos para o desenvolvimento sustentável até 2020.

definir as normas aplicáveis a nível global e beneficiar de uma forte vantagem competitiva no mercado mundial.

5 Cenários para o futuro

A UE está plenamente empenhada na concretização da Agenda 2030 das Nações Unidas e na aplicação da mesma. Com um novo ciclo político de cinco anos no horizonte, é chegado o momento de chegarmos a acordo quanto à forma como tencionamos dar cumprimento ao nosso compromisso comum. As instituições da UE têm de decidir sobre as estruturas, os instrumentos e as estratégias que irão adotar para executar e atingir os ODS, bem como ajudar e orientar os nossos parceiros. Existem diferentes ideias sobre a melhor forma de alcançar este objetivo e cada instituição - o Parlamento, o Conselho e a Comissão - tem as suas próprias responsabilidades nos termos dos Tratados e dos nossos compromissos internacionais.

Em outubro de 2018, o Conselho Europeu congratulou-se com a intenção da Comissão de publicar um documento de reflexão a fim de abrir caminho a uma estratégia de aplicação abrangente em 2019.

O presente documento de reflexão apresenta três cenários diferentes na sequência das indicações do Conselho Europeu para conduzir o debate sobre como a consecução dos ODS poderá ser mais facilmente alcançada e sobre qual seria a melhor repartição de funções. Esta reflexão visa alimentar um debate nos próximos meses entre os cidadãos, as partes interessadas, os governos e as instituições, a fim de inspirar a elaboração da Agenda Estratégica da UE para o período 2019-2024 e definir as prioridades do próximo Presidente da Comissão Europeia.

Os três cenários assentam na premissa de que existe um amplo reconhecimento, entre os Estados-Membros da UE, as empresas e a sociedade civil, de que é necessário um empenho reforçado, tanto na UE como no resto do mundo, para garantir um futuro sustentável e atingir os ODS até 2030 e posteriormente, no interesse de uma economia moderna, de um meio ambiente limpo e do bem-estar dos nossos cidadãos, assegurando-lhes um planeta habitável.

Existe acordo igualmente quanto ao facto de, embora a sustentabilidade requerer uma ação à escala europeia, só podermos verdadeiramente ser bem sucedidos, em última análise, mediante uma abordagem global. Além disso, para que a UE possa continuar a ser um continente próspero, partes consideráveis do mundo em desenvolvimento necessitarão de apoio para poderem recuperar o seu atraso económico e social. Na mesma ordem de ideias, apoiar o progresso económico dos países em desenvolvimento no sentido da consecução dos ODS contribui igualmente para uma vasta gama de interesses estratégicos da UE, como a redução da migração irregular. Os ODS, assinado por 193 países, criaram o melhor e mais moderno quadro global em que os nossos esforços poderão assentar.

O debate a nível europeu é agora sobre o que fazer e como fazê-lo. Os três cenários formulam respostas diferentes embora partam todos do princípio de que a UE possui grandes vantagens competitivas para ser um líder mundial e desempenhar o papel de precursor. Nenhum dos cenários é prescritivo ou restritivo. Todos eles têm apenas por objetivo apresentar ideias diferentes e estimular o debate e a reflexão. O resultado final será provavelmente uma combinação de elementos de cada um.

Primeiro cenário: Definição de uma estratégia global da UE quanto aos ODS que oriente as intervenções da UE e dos Estados-Membros

Uma forma de responder aos desafios que enfrentamos é apoiar, ao mais alto nível político da UE, os ODS acordados a nível mundial, enquanto grandes objetivos estratégicos da UE e dos seus Estados-Membros. Tal abordagem seria conforme com a recomendação da plataforma multilateral de alto nível para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Neste cenário, a Agenda 2030 das Nações Unidas e os ODS funcionariam como a nossa bússola e mapa, determinando o quadro estratégico da UE e dos seus Estados-Membros.

A intervenção estratégica da UE e dos Estados-Membros, incluindo as autoridades regionais e locais, seria prosseguida e coordenada com eficácia. Seria igualmente incentivada a adoção de uma abordagem comum a todos os níveis

de governo, em estreita cooperação com todos os interessados. Isto incluiria a integração, nas relações entre a UE e os países terceiros, de uma componente sólida para prosseguir a ação internacional em matéria de sustentabilidade.

Implicaria igualmente o estabelecimento de um «processo europeu de coordenação da estratégia para os ODS» que permita avaliar e acompanhar com regularidade os progressos realizados na execução, refletindo a natureza transversal e a interligação entre os diferentes ODS, incluindo a governação interna da Comissão Europeia.

Tal poderá significar, na prática:

- ✓ Definição dos objetivos específicos da UE para a execução dos ODS, assim como aplicação pela Comissão, pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho de uma estratégia global da UE neste domínio;
- ✓ Definição a nível nacional de estratégias globais para a consecução dos ODS;
- ✓ Definição pela Comissão e aprovação pelo Conselho Europeu de objetivos concretos e calendarizados para 2030;
- ✓ Integração do princípio da «sustentabilidade em primeiro lugar» nos programas da UE e dos Estados-Membros em matéria de «Legislar Melhor»;
- ✓ Criação e coordenação, a nível da UE e dos Estados-Membros, de um mecanismo de comunicação de resultados e de monitorização dos progressos dos ODS, nomeadamente no contexto do Semestre Europeu;
- ✓ Reforço do papel da plataforma multilateral de alto nível para os ODS, atribuindo-lhe um papel específico na monitorização da execução dos ODS;
- ✓ Reforço da ação externa da UE em matéria de sustentabilidade e direcionamento de todas as medidas de política externa para a execução dos ODS.

Prós e contras

- + Criação de uma visão comum positiva em toda a UE quanto ao futuro sustentável da Europa;
- + Reforço da apropriação política e aprofundamento da coordenação entre todos os níveis de governação na UE e, dada a natureza transnacional dos desafios identificados, maiores possibilidades de cumprir a Agenda 2030 das Nações Unidas e alcançar um crescimento verde e inclusivo em toda a UE;
- + Dar um sinal claro a nível internacional de que a UE está plenamente empenhada em cumprir as suas obrigações internacionais, a Agenda 2030 das Nações Unidas, assim

como os ODS, tanto interna como externamente;

- + Comunicação clara e transparente e participação dos interessados;
- Risco de que a abordagem não seja suficientemente adaptada às especificidades e desafios concretos dos Estados-Membros pois o quadro estratégico pode não ter em conta todas as especificidades;
- Dada a dificuldade em chegar a um acordo quanto aos objetivos à escala da UE nos diferentes domínios dos ODS, risco de se consagrar demasiado tempo à definição de estratégias em vez de se avançar nos domínios de intervenção que podem fazer a diferença.

Segundo cenário: A Comissão procede à integração contínua dos ODS em todas as políticas pertinentes da UE, mas sem efeitos vinculativos para a ação dos Estados-Membros

Neste cenário, os ODS continuarão a inspirar a tomada de decisões estratégicas quanto à elaboração das políticas da UE e a orientar o desenvolvimento da estratégia de crescimento pós-UE2020, embora não obrigue os Estados-Membros a atingirem coletivamente os compromissos quanto aos ODS prosseguidos pela UE.

No âmbito da Comissão Europeia, tal poderá implicar a atribuição a um membro do Colégio de amplas responsabilidades em matéria de «sustentabilidade». Esse comissário continuaria a trabalhar juntamente com os outros no quadro de uma equipa de projeto específica envolvendo todos os comissários. A fim de garantir a coerência, deve ser assegurada uma estreita cooperação com as outras equipas de projeto da Comissão.

Através da sua iniciativa «Legislar melhor», a Comissão poderia assegurar um

processo de tomada de decisão inclusivo e assente em dados concretos. Em consonância com a estratégia de crescimento pós-UE2020, a maior integração dos ODS no Semestre Europeu permitiria reforçar a coerência das políticas da UE e garantir que a UE se aproxima mais do cumprimento dos ODS.

Esta abordagem deixaria, contudo, mais liberdade aos Estados-Membros e às autoridades regionais e locais para adaptarem os seus esforços no sentido de uma concretização coerente dos ODS.

Tal poderá significar, na prática:

- ✓ A utilização dos ODS para orientar a definição de uma estratégia de crescimento pós-UE2020, incidindo nas áreas com maior valor acrescentado a nível da UE, nomeadamente economia circular; investigação e inovação; emprego e coesão social; clima e energia; sistemas alimentares, agricultura e utilização dos solos; política de coesão;
- ✓ Integrar os ODS nas diferentes políticas e intervenções da UE, através do programa «Legislar Melhor», adaptando-as à especificidade do contexto da UE com competências partilhadas com os Estados-Membros;
- ✓ Utilizar o quadro financeiro plurianual (QFP) para disponibilizar uma parte do financiamento suplementar necessário para concretizar a abordagem de integração da sustentabilidade; os Estados-Membros comprometem-se a fazer o mesmo;
- ✓ Os ODS e as metas pertinentes definidas pela UE são incluídos no processo do Semestre

Tal poderá significar, na prática:

- ✓ Se e quando os acordos de comércio livre da UE em vigor forem modernizados ou sejam negociados novos acordos comerciais, os capítulos sobre comércio e sustentabilidade seriam reforçados sempre que necessário, sendo assegurada a sua aplicação efetiva;
- ✓ A UE verifica a consecução dos ODS através dos relatórios de progresso elaborados pelo Eurostat, os quais continuarão a ser desenvolvidos. Os Estados-Membros elaboram anualmente relatórios nacionais de acompanhamento.
- ✓ Os Estados-Membros continuam a deter a principal responsabilidade por comunicar os resultados quanto à consecução dos ODS, devendo a Comissão Europeia comunicar resultados quanto aos progressos realizados neste domínio a nível internacional perante o Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável.

Prós e contras

- + Uma vez que os domínios mais críticos para a UE alcançar os ODS são, de um modo geral, fáceis de identificar, a UE poderia centrar-se em definir as prioridades estratégicas e obter resultados concretos nas áreas em que tenha maior valor acrescentado;
- + O processo de tomada de decisão a nível da UE seria mais célere e as negociações sobre as prioridades estratégicas mais consensuais;
- + A UE continuaria a ser um defensor global da Agenda 2030 das Nações Unidas e dos ODS;
- Seria mais difícil assegurar a coerência entre as estratégias para o desenvolvimento sustentável da UE e as nacionais;
- Haveria um maior risco quanto ao cumprimento dos compromissos em matéria de sustentabilidade assumidos pela UE e pelos Estados-Membros no seu conjunto e os Estados-Membros não poderiam ser coagidos a agir;
- As intervenções individuais dos Estados-Membros em certos domínios cruciais, em detrimento de uma ação concertada e mais forte a nível da UE, poderiam afetar o mercado único e a competitividade a nível global;
- Existe o risco de surgir um desfasamento entre o empenho político da UE em integrar os ODS e a sua efetiva concretização.

Terceiro cenário: Colocar mais ênfase na ação externa, consolidando, simultaneamente, a ambição da UE em termos de sustentabilidade

A ação externa receberia a prioridade no contexto dos ODS. Dado que a UE já é pioneira em muitos aspetos relacionados com os ODS, a ênfase poderia ser colocada em ajudar o resto do mundo a recuperar o atraso, procurando simultaneamente introduzir melhorias a nível da UE.

A nossa economia social de mercado tornou-se uma marca distintiva da UE, tendo permitido que as economias dos Estados-Membros da UE gerem riqueza e

prosperidade generalizada graças aos sólidos sistemas de segurança social. A UE já possui algumas das normas ambientais mais rigorosas do mundo, estando as empresas europeias na linha da frente em relação à restante concorrência mundial. A UE é também vista por muitos como um baluarte da liberdade e da democracia, dispondo de instituições estáveis assentes no Estado de direito e de uma sociedade civil dinâmica. A UE poderia, assim, optar por promover mais amplamente as suas

normas ambientais, sociais e em matéria de governação no âmbito das negociações multilaterais e dos acordos comerciais.

A UE também poderia intensificar a sua colaboração com as principais organizações e instâncias internacionais, como as Nações Unidas, nomeadamente a Organização Internacional do Trabalho, a Organização Mundial do Comércio e o G20, assim como com as entidades supervisoras dos acordos multilaterais no domínio do ambiente, a fim de fazer avançar a agenda política externa assente nos valores da UE.

A posição da UE em prol do multilateralismo, com as Nações Unidas por centro, assim como a manutenção de relações internacionais transparentes e fiáveis, continuaria a representar uma prioridade.

Tal poderá significar, na prática:

- ✓ A prossecução da integração dos ODS nas políticas externas da UE, reconhecendo as diferentes necessidades e interesses dos nossos parceiros, enquanto os ajustamentos internos seriam mais limitados;
- ✓ A UE procederia à comunicação pormenorizada de resultados e ao acompanhamento dos progressos realizados quanto aos ODS no quadro da ação externa da UE a nível internacional no âmbito das Nações Unidas;
- ✓ Se e quando os acordos de comércio livre da UE em vigor forem modernizados ou sejam negociados novos acordos comerciais, os capítulos sobre comércio e sustentabilidade seriam reforçados sempre que necessário, sendo assegurada a sua aplicação efetiva;
- ✓ Seria reforçada a aplicação da estratégia global para a política externa e de segurança da UE e do novo Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento;
- ✓ Seriam reforçadas as políticas europeias em matéria de defesa, política espacial, segurança e migração, enquanto políticas que viabilizam a agenda de política externa reforçada para o desenvolvimento sustentável.
- ✓ Seriam igualmente reforçadas as novas formas de financiamento e desenvolvimento sustentável, nomeadamente o Plano Europeu de Investimento Externo.

Prós e contras

- + A UE concentraria os seus recursos nos países e regiões mais necessitados, efetuando ajustamentos nas políticas da UE mediante a integração dos ODS mas sem criar um quadro estratégico específico;
- + A ação externa da UE seria coerente com o objetivo de promover a sustentabilidade, a democracia, os direitos humanos, o Estado de direito e as liberdades fundamentais em todo o mundo;
- Existe o risco de esta abordagem poder comprometer a credibilidade e a liderança política da UE quanto à Agenda 2030 das Nações Unidas e aos ODS, tanto a nível nacional como mundial, numa altura em que o multilateralismo está a ser posto em causa. Uma das principais características da Agenda 2030 das Nações Unidas, ativamente promovida pela UE, é o facto de esta ser universal;
- A UE perderia a oportunidade de definir uma visão positiva para o futuro da Europa, centrada na sustentabilidade;

- A UE não poderia tirar partido do facto de ter sido precursora na definição de normas de sustentabilidade que serviriam de modelo ao resto do mundo e os benefícios do crescimento sustentável poderiam ser aproveitados por terceiros no mercado mundial;
- A consolidação da estratégia atual da UE para os ODS correria o risco de não satisfazer as expectativas e ambições crescentes dos cidadãos.